





ARAGUATINS - 2021



AQUILES PEREIRA DE SOUSA

Prefeito do Município de Araguatins – TO

JULIANO RIBEIRO DE SOUZA

Secretário Municipal de Saúde

Equipe Técnica

CICERA DAILMA ALEXANDRE DA SILVA

Coordenadora de Atenção Básica

ALESSANDRA PEREIRA DE SOUSA Coordenador da Vigilância Em Saúde

DORACI GOMES DA SILVA BORGES

Diretora do Hospital Municipal

ELABORAÇÃO
HUGO CARDOSO RODRIGUES
Diretor de Planejamento e Projetos em Saúde

ROSEMEIRE VIEIRA PEREIRA Assessoria em Gestão da Saúde

COLABORAÇÃO

Equipe dos Departamentos da SMS



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

APS - Atenção Primária em Saúde.

CAD-ÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial.

CEO – Centro de Especialidades Odontológicas.

CIR – Comissão Intergestora Regional.

ESF – Estratégia Saúde da Família.

ESFSB – Equipe de Saúde da Família com Saúde Bucal.

HORUS – Sistema de Gestão Ass. Farmacêutica.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

NASF – Núcleo de Ampliado da Saúde da Família.

PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

PCCS - Plano de Cargos e Carreira.

PCD - Pessoa com deficiência.

PIB - Produto Interno Bruto.

PMS – Plano Municipal de Saúde.

PPA – Plano Plurianual.

PSE – Programa de Saúde na Escola.

RMIS - Rede Municipal de Informação.

SAA – Serviço de Abastecimento de Água.

SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde.

SISAB – Sistema de Informação da Atenção Básica.

SISREG - Sistema de Regulação.

PEC – Prontuário Eletrônico do Cidadão

MAC – Média e Alta Complexidade.

CEREST – Centro de Referencia em Saúde do trabalhador.

CID – Classificação Internacional de Doenças.

CIES – Comissão de Integração Ensino-Servico.

CMS – Conselho Municipal de Saúde.

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis.

ETSUS – Escola Técnica do SUS.

IAM – Infarto Agudo do miocárdio.

PAS – Programação Anual de Saúde.

PNSPI - Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

SIACS – Sistema Acompanhamento dos Conselhos de Saúde.

SIH – Sistema de Informação Hospitalar.

SIM – Sistema de Informação de Mortalidade.

SINASC – Sistema de Informação de Nascido Vivos.

SINAN – Sistema de Informação de Agravos Notificáveis.

SISPACTO – Sistema de Pactuação de Indicadores.

TFD – Tratamento Fora do Domicilio.

UTI – Unidade de Terapia Intensiva.

SUS – Sistema Único de Saúde.

UBS- Unidade Básica de Saúde.

ST – Saúde do Trabalhador.

ESB – Equipe de Saúde Bucal.

ESF – Equipe de Saúde da Família.

CF – Constituição Federal.

SIS – Sistemas de Informação.

ACS – Agente Comunitário de Saúde.



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

LISTA DE ABREVIATURAS

Apresentação

Vimos nos últimos anos como um dos mais significativos avanços, no Sistema Único de Saúde (SUS), que são trinta e um anos de existência, consolidado em 19 de setembro de 1990, garantido na Constituição federal, o reconhecimento e a importância do planejamento como instrumento para a gestão da saúde. Observa-se assim uma maior responsabilidade dos gestores do setor em ter um contínuo acompanhamento em avaliar as ações e serviços de saúde feitos nos municípios. Este acompanhamento vem ajudar nos desafios atuais da saúde, que exigem um novo posicionamento, o qual, através de um movimento continuado, articulado, integrado e solidário, para as condições singulares a fim de acontecer os princípios da universalidade, integralidade e equidade, o tripé fundamental no exercício da gestão e, além disso, contribuir na constituição de melhorias das condições de vida e saúde das pessoas que usam o Sistema Único de Saúde.

O atual Plano Municipal de Saúde (PMS), além de um instrumento de gestão e requisito legal, é um documento que sistematiza o conjunto de proposições políticas do governo municipal na área da saúde para o enfrentamento dos problemas e necessidades de saúde da população do município de Araguatins que afirmam o compromisso da gestão com o SUS.

Observa-se com isso, uma maior definição das linhas de ações da Secretaria Municipal de Saúde que são considerados os maiores problemas de saúde da população do município e de gestão do SUS e os instrumentos pactuados anteriormente, como: Planos de Saúde, Relatórios de Resultados Quadrimestrais, Relatórios de Gestão, entre outros.

O presente documento contempla proposta e resultados almejados para o período de quatro anos, os quais são expressos em diretrizes, objetivos e metas.



Elabora-se assim um plano que visa construir uma forma de refletir o processo organizacional, com o conhecimento mantido nas experiências e contribuindo com uma maior agilidade na execução do mesmo.

Sumário

		Apresentação	4	
1.		CARACTERIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	7	
	<u> </u>	SAÚDE		
	1.1	Identificação da Secretaria	7	
	1.2	Informações do Fundo Municipal de Saúde	7	
	1.3	Informações sobre o Conselho de Saúde	7	
	1.4	Informações sobre a Conferência Municipal de Saúde	8	
	1.5	Informações sobre o Plano Municipal de Saúde	8	
	1.6	Informações sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários - PCCS	8	
	1.7	Informações sobre Regionalização	8	
	1.8	Informações sobre Equipe da SEMUS	8	
2.		DETERMINANTES E CONDICIONANTES DE SAÚDE	9	
	2.1	Caracterização do Município	9	
	2.1.1	Historia	9	
	2.1.2	Dados Demográficos		
	2.1.3	Aspectos Sócios – Econômicos	14	
	2.1.4	Aspectos Educacionais	15	
	2.1.5	Situação do Meio Ambiente		
3.		ACESSO A AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		
	3.1	Setor Saúde e Serviços de Saúde	20	
	3.2	Rede Física de Saúde	25	
	3.3	Profissionais do SUS	27	
	3.4	Território Municipal	28	
	3.5	Operacionalização do Fundo Municipal de Saúde	32	
	3.6	Sistemas de Informação em Saúde		
4.		CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO/ANÁLISE SITUACIONAL	40	
	4.1	Situações Epidemiológicas	45	
	4.2	Informações sobre mortalidade	48	
	4.3		50	
	7.5	Informações sobre morbidade	50	



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

5.		GESTÃO EM SAÚDE	52	
	5.1	Planejamento	54	
	5.2	Financiamento	55	
	5.3	Gestão do Trabalho e Educação Permanente	59	
	5.4	Humanização	60	
	5.5	Ouvidoria	62	
	5.6	Participação e Controle Social	63	
6.		OBJETIVOS, DIRETRIZES E METAS.		
	6.1	Gestão do SUS	65	
	6.2	Atenção Básica ou Primária	68	
	6.3	Média e Alta Complexidade	72	
	6.4	Assistência Farmacêutica	74	
	6.5	Gestão do Trabalho e Educação da Saúde	75	
	6.6	Vigilância em Saúde	77	
7.		MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	82	
8.		CONSIDERAÇÕES FINAIS	83	
Aı	nexos			
An	exo 1	Resolução do Conselho Municipal de Saúde		
Anexo 2		Segmento de Representação do Conselho Municipal de Saúde		
Anexo 3		Série Histórica de Indicadores de Pactuação Municipal — Indicadores Federativos 2015 -2020.	s Inter	
Anexo 4		Plano de Ações da Vigilância Sanitária Municipal – VISA		
Anexo 5		Plano de Ação Municipal da Dengue, Zika e ou Chikungunya.		
Anexo 6		Plano de Ação para Intensificação da Vigilância e Control Leishmaniose.	le da	
An	exo 7	Plano Municipal de Doenças Crônicas.		
An	exo 8	PPA 2018 - 2021		
An	exo 9	Plano de Governo 2021/2024.		



Rua Presidente Kennedy, S/N°, Centro, Araguatins/TO Secretaria Municipal de Saúde Sunda Municipal de Saúde - CNDU 11, 100, 226 (2001, 20

Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

1 - CARACTERIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1.1 - Identificação da Secretaria

Razão Social da Secretaria:	Secretaria Municipal de Saúde de Araguatins – TO.
CNPJ do Fundo Municipal de Saúde:	11.406.326/0001-30
Endereço da Secretaria Municipal de Saúde:	Rua Presidente Kennedy s/n - Araguatins — TO.
CEP:	77.950-000
Telefone:	(63) 34741138
Fax:	(63) 34741138
E-mail:	saude@araguatins.to.gov.br
Site Oficial	https://www.araguatins.to.gov.br.

1.2 - Informações do Fundo Municipal de Saúde

Instrumento Legal de Criação do Fundo Municipal de Saúde (Lei):	Lei 611 de 17 de Março de 1997
CNPJ do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde:	11.406.326/0001-30
Nome do Gestor do Fundo Municipal de Saúde (01/01/2021 a 11/10/2021)	SIMYDARKUIA ARAÚJO DA SILVA
Nome do Gestor do Fundo Municipal de Saúde (11/10/2021 a 25/10/2021)	WENDELL SILVA MIRANDA
Nome do Gestor do Fundo Municipal de Saúde (Posse em 25/10/2021, atual)	JULIANO RIBEIRO DE SOUZA.
Cargo do Gestor do Fundo Municipal de Saúde:	Secretário Municipal de Saúde

1.3 - Informações sobre o Conselho Municipal de Saúde

Instrumento Legal de Criação do Conselho Municipal de Saúde (Lei):	616/03 de Março de 1997.
Nome do Presidente:	MARCOS LEVI BRITO BARBOSA RIOS
Data da última eleição do Conselho:	10/03/2022
Telefone e E.mail:	(63) 34741138
Segmento de Representação:	Usuário.



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

1.4 - Informações sobre a Conferência de Saúde

04/2019	Data da última Conferência de Saúde (Informar dia/mês/ano):	04/2019
	Data da última Conferência de Saúde (Informar dia/mês/ano):	04/2019

1.5- Informações sobre o último Plano Municipal de Saúde e Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS.

Período que se refere o Plano de Saúde:	2018/2021
Data de aprovação no Conselho Municipal de Saúde:	22/03/2018
O município possui o PCCS:	Não
O município possui Comissão de elaboração do PCCS:	Não

1.6- Informações sobre a Regionalização

O município pertence a alguma comissão intergestora regional - CIR:	Sim
Nome da CIR:	CIR Bico do Papagaio.
O município participa de algum consórcio:	Não
O município esta organizado em regiões intramunicipal:	Sim

1.7- Equipe da Secretaria Municipal de Saúde

Responsabilidade pelas informações	Nome	
1. Gestão		
1.1 Controle Interno	Iara Marques Milhomem Coelho	
1.2 Sistemas Informação em Saúde	Geisa Maria Pereira Silveira	
1.3 Assistência Farmacêutica	Dáfylla Kelly Silva Oliveira	
2. Fundo Municipal de Saúde	Juliano Ribeiro de Souza	
3. Rede Física Instalada	Juliano Kibelio de Souza	
4. Análise de Situação em Saúde		
4.1 Vigilância Em Saúde	Alessandra Pereira de Sousa	
4.2 Rede de Atenção Básica	Cícera Dailma Alexandre da Silva	
4.3 Hospital Municipal	Doraci Gomes da Silva Borges	
5. Controle Social	Marcos Levi Brito Barbosa Rios	
6. Sistema de Fiscalização Municipal/VISA	Julliany Karoliny da Silva Guedes	
7. Tesouraria do Fundo Municipal	Daniela Parrião de Freitas Agapito	



2. DETERMINANTES E CONDICIONANTES DA SAÚDE

2.1. Caracterização do Município

2.1.1. História

Araguatins é um município brasileiro do estado do Tocantins. Localiza-se na microrregião do Bico do Papagaio, estando a uma altitude de 103 metros, situada às margens do rio Araguaia. É uma cidade hospitaleira, com tendência a prática do ecoturismo. Sua população em 2010, último censo do IBGE, era de 31.324 habitantes, porém o DATASUS tem uma previsão de 36.170 habitantes com uma densidade populacional de 14 hab/km². Possui uma área de 2.627,28 km². O local onde hoje é Araguatins teve como primeiros moradores a família de Máximo Libório da Paixão, em 1867. No entanto, foi fundada por Vicente Bernardino Gomes no ano seguinte com o nome de Vila São Vicente do Araguaia, em 9 de junho de 1868. Vicente Bernardino, que antes residia na Colônia Militar de São João do Araguaia, no Estado do Pará, resolveu subir o Rio Araguaia e procurar um local onde pudesse fundar uma povoação. Aproveitou da existência de grandes pequizeiros, oitizeiros, entre outras árvores regionais dando início à sua exploração econômica. Para tanto, acolheu trabalhadores vindos de diversas regiões que passaram a fixar residência na localidade.

A vila passa a categoria de município pela lei nº 426 de 21 de junho de 1913, que foi sancionada pelo Decreto nº 3.639 de 5 de março de 1914 e instalado em 12 de novembro do mesmo ano pelo Decreto nº 3.774. Em 1945, a sede do Município foi transferida para Itaguatins, pelo Presidente Getúlio Vargas. Depois de três anos de transferência da sede, o Município foi criado pela segunda vez pela Lei nº 184 de 13 de outubro de 1948 tendo sido reinstalado em 1 de janeiro de 1949. Com a criação do Estado do Tocantins em 1989 o Município passa a integrá-lo, antes era parte do Estado de Goiás. O nome Araguatins nasceu da junção dos dois rios Araguaia e Tocantins por sugestão do Prefeito Antonio Carvalho Murici, tendo sido aprovado pelo Decreto nº 8.305 no ano de 1943 (Portal Araguatins).



2.1.2. Dados Demográficos

Extensão Territorial: 2.627.28 km².

Limites dos Município:

ANX-6d678a-230520241333202996

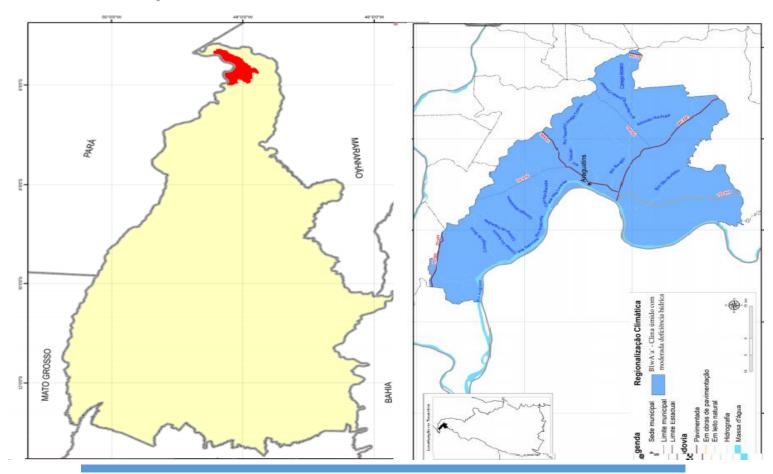
• Norte: São Sebastião, Buriti do Tocantins e Esperantina-TO.

• **Sul:** Ananás e São Bento do Tocantins – TO.

• Leste: Axixá do Tocantins, Itaguatins e Augustinópolis-TO.

• **Oeste:** Estado do Pará – TO.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE ARAGUATINS

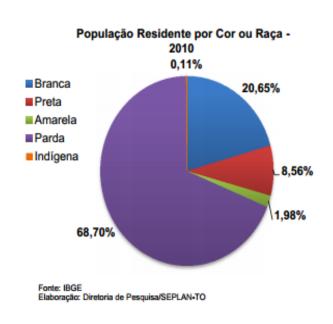


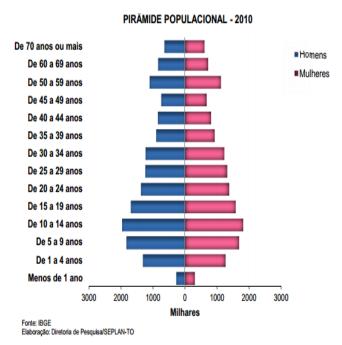


Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

População

População do ano	IBGE/2010	
População por zona de habitação	Quantidade	%
Rural	11.188	35.71
Urbana	20.136	64,29
População por Raça/Cor	Quantidade	%
Branca	6.468	20,65
Negra	2.682	8,56
Amarela	619	1,98
Parda	21.524	68,70
Indígena	36	0,11
Sem Declaração	00	0,00







Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

População - Sexo e faixa etária				
Faixa-etária	Homem	Mulher	Total	
0 a 4 anos	1.738	1.661	3.399	
5 a 9 anos	1.707	1.618	3.325	
10 a 14 anos	1.612	1.550	3.162	
15 a 19 anos	1.583	1.552	3.135	
20 a 29 anos	3.245	3.194	6.439	
30 a 39 anos	2.706	2.823	5.529	
40 a 49 anos	2.244	2.185	4.429	
50 a 59 anos	1.629	1.445	3.074	
60 a 69 anos	1.015	985	2.000	
70 a 79 anos	578	564	1.142	
80 anos e mais	257	279	536	
Total	18.314	17.856	36.170	

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE (DataSUS/Tabnet) Data da consulta: 20/12/2021.

Segundo dados do IBGE em relação à população geral do município em 2010, havia uma estimativa de 31.324 habitantes, já em 2021 essa estimativa passa a ser de 36.170. Ressaltamos que houve com esses dados, o fortalecimento de um aumento significativo da população, o que leva as atuais Equipes de Saúde da Família, principalmente os Agentes Comunitários de Saúde que trabalham na ponta, visitando as casas a atualizar os demonstrativos de cadastro de famílias de acordo com a realidade, para as pactuações das metas e que elas sejam alcançadas. A nova forma de financiamento da Atenção Básica exige essa implementação, de acordo com PORTARIA Nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

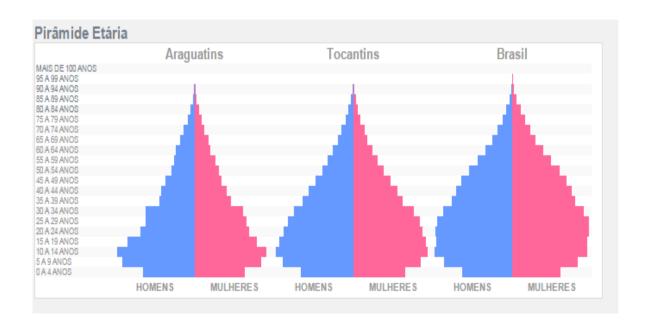


Outro aspecto que observamos é o predomínio da população masculina, mas que não chega a ser tão significativo em uma visão geral. A população em geral é jovem, estando os idosos em menor proporção.

Observamos claramente que a população em Araguatins se concentra em maior proporção na área urbana com 20.136 habitantes.

Também podemos observar que embora os dados sejam de 2010 e se mostram com uma diferença de quatro anos o IBGE mostra uma predominância na população parda com 64,20 % seguida de brancos com 25,84 %, os negros representam 8,00 % da população e com apenas 1,85 % ficam a cor amarela e os indígenas com 0,11% e sem declaração 0,00.

Ao observarmos a pirâmide abaixo podemos confirmar esses dados e compara-los a expectativa estadual e nacional seguindo o mesmo padrão de alinhamento populacional.





2.1.3 - Aspectos Sócios - Econômicos

Localizado a aproximadamente 600 km de Palmas, Araguatins tem aumentado o seu Produto Interno Bruto na média de 30% nos últimos quatro anos. Em 2019, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 18 de 139 e 125 de 139, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2553 de 5570 e 4918 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 46.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 62 de 139 dentre as cidades do estado e na posição 2016 de 5570 dentre as cidades do Brasil. A principal fonte de emprego é o setor de serviços, incluindo o Município e o Estado através dos órgãos públicos correspondendo a 67,7% do valor adicionado total, tendo como atividade de maior evidência a Administração Pública.

As principais atividades econômicas, são os setores de serviços que geram os empregos e a indústria, representa 17,7% do valor adicionado total, com destaque para a construção civil, o turismo e agropecuária, com um grande rebanho de bovinos de corte e leite, corresponde a 14,6% do valor adicionado total.

O setor primário é a principal base da economia do município. Sendo que, as atividades agrícolas são as maiores fontes de abastecimento da população. Baseia-se na exploração do cultivo temporário do arroz, milho, mandioca, feijão e frutas. Salientando que são lavouras de subsistência. Dentre as culturas permanentes, destacam-se o cultivo de laranja, banana, manga, maracujá e outros. Destacamos também o turismo em Araguatins, pois esta localizada as margens do rio Araguaia, onde nos meses de julho a setembro tem os picos de turistas frequentando suas praias e pousadas.

A média de renda da população gira em torno de um a três salários mínimos, apresentando ainda grande número de famílias com renda abaixo de um salário recebendo bolsas de programas sociais.



Na questão segurança, o Município conta hoje com uma Delegacia Regional de Polícia Civil, dispõe também de um Quartel do 9° Batalhão de Polícia Militar, com viaturas para atendimento das ocorrências, dispõe também da 3ª Companhia de Bombeiro Militar.

Salientamos que o município é uma referência na região do bico do papagaio e conta com um comércio bem expressivo, bancos e o próprio turismo que ajuda na criação de empregos.

2.1.4 - Aspectos Educacionais

Observa-se uma evolução do aprendizado, a partir de 2019 em Araguatins, segundo dados do IDEB.

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	95,5 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	5,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	4,8
Matrículas no ensino fundamental [2020]	5.269 matrículas
Matrículas no ensino médio [2020]	1.995 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2020]	247 docentes
	10-1
Docentes no ensino médio [2020]	137 docentes
	21 1
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020]	31 escolas
NI' I de la de la de la de la de la dela de la dela de	71
Número de estabelecimentos de ensino médio [2020]	7 escolas

Quanto a formação dos professores, em média 30% formados em licenciatura matemática, seguido de letras 24% e pedagogia 22%, normal superior 18%. Pós-graduação, 42% tem alguma especialização, 41% não tem especialização ou ainda não completou e



17% tem aperfeiçoamento. Trabalho, 37% trabalha de 10 a menos de 15 anos, 28% de 2 a menos de 5 anos, 16% de 15 a menos de 20 anos, 8% de 2 a menos de 7 anos, 2% a mais de 20 anos. Em media 85% dos professores utiliza algum tipo de equipamento nas aulas, ou em sala de aula. 54% desses professores utilizam salas de leitura e bibliotecas como didática pedagógica. Em relação ao aprendizado dos alunos equiparando às necessidades das escolas, como infraestrutura e pedagógicas, as respostas são boas.

Os dados da infraestrutura das escolas mostram que 97% (38 escolas) possuem energia elétrica via rede publica; 49 % (19 escolas) possuem laboratório de informática com internet; 41 % (16 escolas) apenas possuem biblioteca; 8 % (3 escolas) possuem sala de leitura; 0 % (0 escolas) possuem esgoto via rede publica; 90 % (35 escolas) das escolas fornecem alimentação e 97% (38 escolas) fornecem água filtrada; 62 % (24 escolas) possui sistema de água via rede publica; 56 % (22 escolas) das escolas tem seus lixos com coleta periódica; 28 % (11 escolas) contam com quadra de esporte; 64 % (25 escolas) possuem sanitário dentro do prédio da escola; 33 % (13 escolas) possuem sanitário fora do prédio da escola; 8 % (1 escola) restante não consta dados informados; 15 % (6 escolas) possui sala para atendimento especial; 14 % (3 escolas) possui dependências acessíveis aos portadores de deficiência; 26 % (10 escola) possui sanitários acessíveis a portadores de deficiência.

As escolas do município contam com o Programa Saúde na Escola (PSE), uma parceria entre as Secretarias de Educação e Saúde, com o objetivo de articular as ações afim de ampliar o alcance e o impacto das ações voltadas aos estudantes e as famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis. As equipes de Saúde da Família realizam visitas periódicas e permanentes as escolas participantes para avaliar a saúde dos alunos, e proporcionar o atendimento ao longo do ano letivo, de acordo com as necessidades locais identificadas. Em 2020 e 2021 foi prejudicado em função da pandemia da COVID-19.



2.1.5 - Situações do Meio Ambiente

Araguatins, segundo SISAB (e-SUSAB), consta de 15.993 domicílios no cadastro das equipes de saúde. 67% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, que chegam por encanação até os domicílios. Vias públicas com arborização e 0.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 122 de 139, 48 de 139 e 45 de 139, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 5255 de 5570, 1805 de 5570 e 4686 de 5570, respectivamente. O sistema de captação, tratamento e distribuição de água é de responsabilidade do próprio município através da SEMUSA - SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO com o CNPJ 00.007.153/0001-60, iniciou as atividades em 20/05/1982. A principal atividade dessa empresa é Captação, Tratamento e Distribuição de Água, havendo por parte do município uma coleta mensal de amostra de água para ser avaliada pelo LACEN/Araguaína para o consumo humano.

O lixo é coletado de forma sistematizada nos diferentes bairros da cidade sendo desprezados a céu aberto por não possuirmos aterro sanitário, somente 62% é coletado. A Vigilância Sanitária Municipal tem a preocupação de acompanhar toda limpeza e esterilizações de lixos químicos e biológicos dos Postos e Unidades de Saúde e Drogarias do município para que seja feito a descontaminação através de autoclavação antes do destino final do lixo considerado hospitalar. Este serviço é executado em toda rede de serviço de saúde de nosso município, cujo sistema é operado através de empresa terceirizada.

O sistema de habitação como se observa na tabela abaixo é em sua maioria de alvenaria com 73%, seguida de madeira aparelhada com 5,77%, uma situação que mostra os baixos índices de moradias feitas de taipas, que somam 5,2% e outros materiais 15% em média, demonstrando que ainda existem vulnerabilidades nas condições de moradia.



Situação Geral do Município em Saneamento segundo SISAB/2021

TOTAL DE DOMICILIOS	15.993	100
Abastecimento de água	N°	%
Rede pública - Encanada até o domicílio	10.712	66,97
Poço ou nascente no domicílio	2.856	17,85
Cisterna	224	22,40
Outro	2.216	13,85
Destino do lixo	N°	%
Coleta publica	9.961	62,28
Queimado/enterrado	3.240	20,25
Céu aberto	637	3,98
Não Informado	2.122	13,26
Outros	48	0,30
Destino de fezes/urina/Escoamento do banheiro ou sanitário	N°	%
Sistema de esgoto ou pluvial	241	1,50
Fossa Séptica	10.769	67,33
Fossa Rudimentar	1.646	10,29
Céu aberto	994	6,21
Outros	2.358	14,74
Tipo de casa	N°	%
Alvenaria com Revestimento	8.877	55,50
Alvenaria sem Revestimento	2.811	17,57
Taipa com revestimento	392	2,45
Taipa sem revestimento	441	2,75
Madeira Aparelhada	924	5,77
Material aproveitado	125	0,78
Palha	177	1,10
Outro Material E Não Informado	2.261	14,13



3 – ACESSO ÀS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

O Pacto pela Saúde 2006, divulgado pela Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006, contempla o compromisso firmado entre as três instâncias federativas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece como prioridades o Pacto Pela Vida, o Pacto em Defesa do SUS e o Pacto de Gestão do SUS. O Pacto pela Saúde reforça o SUS como uma política de Estado que tem seus princípios garantidos na Constituição Federal. É um compromisso entre os gestores do SUS para a efetivação de iniciativas que ampliem a mobilização social e promovam a cidadania, favorecendo o acesso e maior qualidade aos serviços de saúde. Uma das prioridades do Pacto em Defesa do SUS foi à elaboração e a divulgação da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, publicada na Portaria nº 675, de 30 de março de 2006. É fundamental disseminar as informações relativas a esses direitos junto às instâncias gestoras, aos segmentos profissionais do setor e aos movimentos sociais. O Ministério da Saúde desenvolve projetos e serviços que visam a garantir condições de maior acesso e transparência da informação pública. Destacam-se no portal www.saude.gov.br: o Sistema Integrado de Protocolo e Arquivo (SIPAR), a Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS/MS) e o Sistema de Legislação em Saúde (Saúde Legis) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

Há um acesso verdadeiramente igualitário e justo? É a pergunta que os autores do texto em debate tentam responder demonstrando as iniquidades, as dificuldades, as barreiras e os obstáculos que se colocam entre o cidadão e suas necessidades de saúde, a começar, muitas vezes, pelo planejamento local e regional excludente em suas mais diversas formas. Há um vasto espaço ainda existente entre as necessidades de saúde da população e a rede pública de ações e serviços de saúde. O SUS conta com efetivas dificuldades quanto ao acesso do cidadão às ações e serviços de saúde resolutivas, adequadas, oportunas, humanas, eficazes.

A saúde não pode estar mais de forma isolada, mas sim agindo como coletivo. Falar, hoje, em saúde sem levar em conta o modo como o homem se relaciona com o seu meio



social e ambiental é voltar à época em que a doença era um fenômeno meramente biológico, desprovido de qualquer outra interferência que não fosse tão somente o homem e seu corpo.

Por isso o direito à saúde, nos termos do art. 196 da CF pressupõe a adoção de políticas sociais e econômicas que visem: a) à redução do risco de doenças e outros agravos; e b) ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

São objetivos do SUS: a) a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde; b) a formulação de políticas de saúde destinadas a promover, nos campos econômico e social, a redução de riscos de doenças e outros agravos; e c) execução de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, integrando as ações assistenciais com as preventivas, de modo a garantir às pessoas a assistência integral à sua saúde.

Visando o que foi contextualizado acima, e colocando em ação com uma estrutura que realmente tenha o dever de funcionar a rede de atenção à saúde em Araguatins passa a funcionar de forma organizada, dentro de um modelo de atenção básica com conceito amplo de saúde e que direcione como resposta atendendo as necessidades da saúde dos usuários e que estão previstas neste plano.

3.1 - Setor Saúde e Serviços de Saúde

O aparelhamento da saúde dentro município hoje se encontra disseminado a partir da necessidade de oferecer um melhor amparo, no que se refere a promoção em saúde. Gerenciando toda a estrutura de saúde está a Secretaria Municipal de Saúde, tendo como competência o planejamento, a coordenação, a supervisão, a parceria e execução das políticas em saúde e meio ambiente dos municípios. Seu Organograma segue em anexo. Junto a S.M.S., está o Conselho Municipal de Saúde que é um órgão fiscalizador,



orientador e participativo em todas as decisões referentes á saúde e meio ambiente do município. Seu segmento de representação segue em anexo.

A participação na Comissão Intergestores Regional - CIR tem uma contribuição muito importante para o fortalecimento das ações intermunicipais e sistema de referencia e contra referencia o que é muito discutido nesta instancia. Além é claro de participação em oficinas e câmaras técnicas referentes à gestão do SUS a nível municipal e estadual. Na Vigilância em Saúde do município contamos com a equipe mínima exigida, desenvolvendo ações de: Imunização; Realização e envio regular de dados do SINAN; Envio regular de banco de dados do API; Realização anual de exames oculares externos em escolares de 1ª a 5ª serie do ensino fundamental da rede publica; Realização de campanha anual de vacinação Antirrábica; Realização de ações de eliminação de focos e/ou criadouros de Aeds Aegypti; Realização de vigilância ambiental em saúde relacionada à qualidade da água própria para o consumo humano, dentre muitas outras atividades.

No que se refere à Assistência Farmacêutica proporcionamos todos os medicamentos preconizados pelo Ministério da Saúde. A farmácia básica está localizada na sede da Secretaria Municipal de Saúde, que atende a demanda de todas as Unidades de Saúde do município, tanto urbanas quanto rurais. Vale mencionar que os profissionais, quando realizam o atendimento na zona rural, levam os medicamentos suficientes para a realização das ações. E ainda podemos citar uma farmácia na unidade hospitalar, somando duas farmácias municipais com dois farmacêuticos responsáveis. E ainda contamos com o Sistema HORUS implantado.

Os serviços especializados necessários são encaminhados para os centros de referencia de média e alta complexidade, no próprio município que contempla um hospital com alguns serviços, o que se torna mais cômodo e ágil, caso não haja resolução, são encaminhados para Augustinópolis ou Araguaína, as duas referências regionais. Araguatins possui um hospital que atualmente é mantido na sua maioria com recursos próprios, atendendo a demanda dos munícipes sem grande apoio financeiro da instância estadual.



Como já sabemos os programas de saúde da Atenção Básica iniciaram há mais ou menos 15 anos e enfrenta uma grande rotatividade de profissionais e descumprimento de carga horária acarretando prejuízos no atendimento à comunidade, isso se deve a questões políticas, pois quando há trocas de governo, tem-se uma demanda grande desses profissionais, ou pela própria dificuldade de encontrar profissionais que querem trabalhar em pequenos municípios, e também as Unidades Básicas de Saúde funcionando com incentivo do governo federal que é insuficiente e o município não têm conseguido mantê-las dentro dos padrões de exigências Ministeriais.

A efetiva implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) tem mostrado a necessidade de mudanças nos órgãos gestores para superar as ineficiências da assistência à saúde prestada à população. Durante o processo de municipalização, muitos dos princípios e diretrizes constitucionais, que garantem o direito à saúde, não se transformaram em ações concretas suficientes para a efetiva implementação de mudanças. A conformação de um novo modelo assistencial, baseado na organização da rede de serviços regionalizada e hierarquizada e de ações sob gestão municipal, demanda a existência de sistemas de informação em saúde (SIS) capazes de alimentar o planejamento e a gestão locais. Infelizmente nossa referência estadual não tem atendido a contento aos casos de especialidades e de cirurgias eletivas, nem tão pouco ofertando exames de imagens como o RX, estrangulando a rede municipal que deveria atender a Atenção Básica e trabalhar os processos de promoção à saúde e prevenção de doenças e agravos.

O planejamento depende de diagnósticos precisos e sensíveis para a elaboração de objetivos e metas para a própria prática avaliativa. Bons diagnósticos exigem boas bases de informação. Os SIS revelam-se instrumentos imprescindíveis e extremamente úteis no cumprimento das atribuições conferidas à direção municipal do SUS pela Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90: "planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde". Existem diversos elementos passíveis de avaliação, que vão desde as informações de caráter administrativo (recursos humanos,



materiais, etc.), a situação de saúde (perfil epidemiológico e sanitário), e também a utilização de serviços (oferta e demanda de serviços de saúde).

A oferta de serviços de saúde depende da capacidade instalada do serviço, dos recursos humanos disponíveis e das condições para o acesso geográfico e funcional ao serviço. Enquanto que as demandas por serviços de saúde resultam da conjugação de fatores sociais, individuais e culturais prevalentes na população. Assim, iniquidades na oferta de serviços, ou mesmo em fatores que influenciam na sua demanda, acabam por delinear o perfil de utilização dos serviços.

A análise das ofertas e necessidades de saúde da população potencializa os trabalhadores, a equipe, os serviços e a rede a pautar suas intervenções e práticas dentro do que as pessoas buscam como cuidado à sua saúde, visando a uma atenção mais humanizada e qualificada, respondendo ao indivíduo e à coletividade em suas ansiedades e necessidades em saúde. Estamos iniciando essa nova tentativa com o e-SUS para assim podermos visualizar essas necessidades com uma visão ampliada de saúde.

Uma estratégia para identificar o perfil de uso de serviços de saúde está na utilização de dados secundários organizados pelos SIS. Esses dados, sejam eles coletados semanal, diária, mensal ou anualmente, são importantes ferramentas para elaboração de um plano inicial de ação em saúde, guiando gestores e profissionais na priorização de ações a serem implementadas. Para tanto, o aprimoramento dos SIS e a adequação dos profissionais ao seu uso mostram-se cada vez mais importantes para o planejamento em saúde.

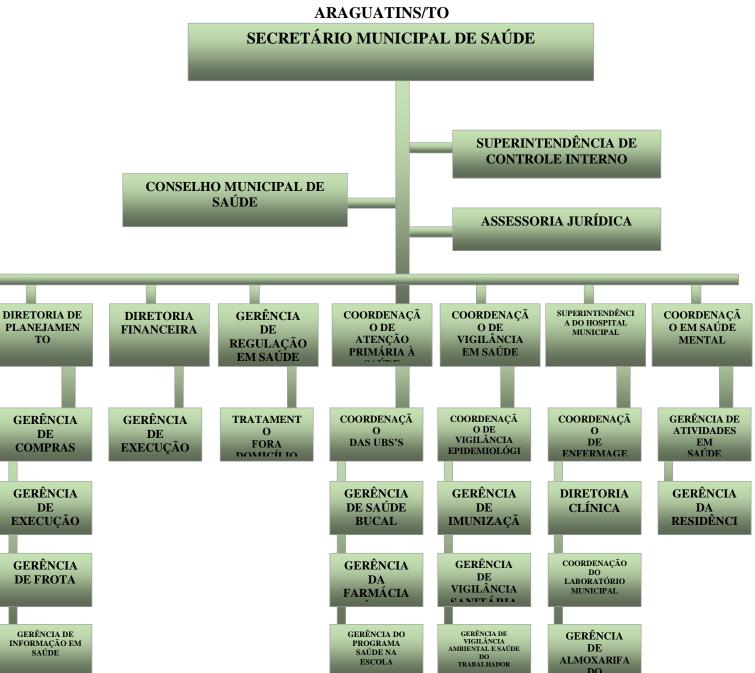
A organização dos serviços locais de saúde e sua utilização, vistos a partir da ótica dos SIS e das políticas públicas existentes para a regulação da rede de serviços em saúde, possibilitando a identificação de estratégias para o aprimoramento dessas políticas é indispensável.

A seguir apresentaremos uma proposta de estrutura local dessa rede interligando os sistemas de informação entre outros serviços.



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE



ANX-6d678a-230520241333202996



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

3.2 - Rede Física de Saúde

Tipo de Estabelecimento	Total	Tipo de Gestão		
		Municipal	Estadual	Dupla
Central de Gestão - SEMUS				
	01	01	-	-
Unidades de Saúde da Família com				
Saúde Bucal - ESFSB	11	11	-	-
Posto de Saúde	02	02		
Unidade Básica de Saúde Fluvial	01	01		
Centro de Atenção Psicossocial	02	02		
Hospital Geral	01	01		
				-
Central de Abastecimento	01	01	-	-
Unidade de Apoio Diagnóstico e Terapia	02	01		01
Unidade de Vigilância em Saúde:	02	02		
Vigilância Sanitária /Vig.			-	-
Epidemiológica.				
Total	23	23		-

Esfera Administrativa (Gerência)	Total	Tipo de Gestão		
		Municipal	Estadual	Dupla
Privada	-	-	-	-
Federal	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-
Municipal	22	22	-	01
Total	22	22	-	01

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 20/12/2021.

O município possui uma Secretaria de Saúde onde funcionam os serviços de Coordenação da Atenção Básica, Coordenação de Vigilância em Saúde, Coordenação de Vigilância Sanitária, a Regulação e o RMIS. E ainda, toda parte financeira do Fundo Municipal de Saúde.



A Atenção Básica conta com onze (11) Unidades Básicas de Saúde da Família distribuídas em pontos estratégicos na área urbana e rural, que acolhem quatorze (14) equipes. Todas as Unidades estão devidamente equipadas com material permanente e de consumo básico que garantem a realização das ações pelas equipes. Conta ainda com uma Unidade Móvel Fluvial, uma embarcação que foi construída recentemente para atender a população ribeirinha – Rio Araguaia. E mais dois (2) Postos de Saúde que funcionam como apoio para as equipes rurais.

O município, na Média e Alta Complexidade – MAC - sedia um Hospital Geral, cuja gestão é municipal e que atende a referência e contra referência dentro do município de igual teor e pactuação com as Unidades Básicas de Saúde. O município conta com uma infraestrutura mais complexa em relação a outros municípios da região, pois é um município maior em número de habitantes e extensão, está em desenvolvimento à frente em função do forte turismo em determinadas épocas do ano, também em função da divisa com o estado do Pará que atrai maior número de turistas e fortalece o comercio local. O Hospital Municipal, favorece a entrada de serviços de saúde na rede privada e acaba atendendo grande numero de pessoas do Pará, principalmente dos municípios de Palestina e Brejo Grande, municípios de divisa. O município conta ainda, com dois (2) Laboratório de Análise Clínicas, um municipal e um gestão dupla, que atendem toda a demanda dos usuários do SUS. Conta com um CAPS, tipo I, que atende à demanda de saúde mental juntamente com uma Residência Terapêutica, a única da região.

Conta com duas (2) Unidades de Vigilância em Saúde, a Epidemiológica e a Sanitária, que atendem as demandas do município. E ainda, conta com uma central de abastecimento, a Farmácia Básica, que de forma centralizada atende também a toda demanda municipal. Conta com sistema HORUS implantado e regula todo o estoque e distribuição.



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

3.3 - Profissionais do SUS

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação		
Tipo	Total	
Estatutários e empregados públicos	177	
Autônomos	96	
Bolsistas	3	
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão		
Contratos temporários e cargos em comissão	24	
Total	300	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 20/12/2021.

A Secretaria Municipal de Saúde, conforme o CNES 2021, conta com 300 profissionais distribuídos em diversas funções, trazendo melhorias na execução das ações de saúde no município. De forma estatutária, o município contempla, três (3) médicos, doze (12) enfermeiros, dezesseis (16) outros profissionais de nível superior, 77 profissionais de nível médio e 69 Agentes Comunitários de Saúde – ACS.

Sob a forma de bolsistas, três (3), são os médicos do Programa Mais Médicos para o Brasil. E sob a forma autônoma, que hoje é muito comum a contratação via empresas, dezessete (17) médicos, seis (6) enfermeiros, vinte e quatro (24) outros profissionais de nível superior e quarenta e três (43) profissionais de nível médio, além de seis (6) ACS.

Sob a forma de Contratos temporários e cargos em comissão são um (1) enfermeiro, um (1) outros profissionais de nível superior e vinte e dois (22) profissionais de nível médio.

Consideramos o número de profissionais bom, com vínculo empregatício e atendendo a demanda dos serviços.



3.4 – Território Municipal

Pode-se saber como território municipal, o conhecimento da região, as necessidades de cada área, e suas abrangências. A partir dai podemos conhecer melhor como funciona a saúde local, para posteriormente fazermos as intervenções necessárias em prol dessa saúde. Quando conhecemos bem determinada área podemos trabalhar ali uma ajuda, pois sabemos que aquela comunidade direta ou indiretamente com relação aos quesitos da saúde, precisa ou não de uma determinada atenção, como por exemplo, os postos de saúde que é um tipo de ajuda direta, no caso das ACS (agentes comunitários de saúde) que de forma indireta estão batendo de porta em porta para verificar se está tudo bem naquela determinada comunidade e saber se as pessoas estão sendo incentivadas a visitar a unidade de saúde, não só depender dos agentes, conhecer e ver que eles tem profissionais ali para ajuda-los. Na verdade, um dos princípios da territorialização com relação a condições de saúde, é a promoção dela, incentivando cada comunidade de determinado território a se cuidar e usufruir da atenção básica.

Dentro da proposta de mapeamento do município criam-se as áreas de atuação de cada equipe de saúde e suas respectivas micro áreas onde atuam os ACS. São divididas em áreas/equipes e micro áreas (ACS) para atender com eficácia todo território municipal. Os segmentos territoriais estão distribuídos em urbano e rural respectivamente. Cada micro área recebe uma numeração de acordo com o mapa de construção onde cada uma delas possui um numero de cidadãos até atingir a soma total da população geral. Esses dados são atualizados diariamente de acordo com crescimento populacional e suas características de moradia entre outras. Apresentaremos a distribuição de áreas/micro áreas conforme os quadros abaixo. Lembrando que este trabalho é feito para contribuir com a logística mais funcional da Estratégia Saúde da Família de acordo com a PNAB (Portaria Nº 2.436 de 21 de setembro de 2017 - Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)).



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

Quadro – Distribuição das áreas de atuação das Equipes de Saúde da Família – (ESF).

ÁREA SEGMENTO TERRITORIAL	Nº DE MICRO ÁREAS ACS	N° DE FAMÍLIAS	N° DE DOMICILIOS	N° DE PESSOAS
01 - URBANA	4	734	1.473	3.980
02 - URBANA	5			4.288
03 - URBANA	4	686	1.421	4.109
04 - URBANA	2	282	555	2.455
05 - URBANA	6	886	1.634	3.515
06 - RURAL	9	323	645	1.352
07 - RURAL	9	412	630	1.292
08- RURAL	8	558	1.112	2.494
09 - RURAL	7	573	1.107	2.004
10 - URBANA	5	918	1.791	4.248
11 - URBANO	3	386	532	1.405
12 - RURAL	7	450	1.053	1.634
13 - URBANA	2	341	512	1.088
14 - URBANA	2	265	492	1.068
TOTAL	73 ACS	6.814	12.957	34.932

O quadro acima reflete a realidade hoje existente, as micro áreas promovem uma homogeneização de pessoas por ACS.

A Atenção Básica em Saúde (ABS) é vista como uma estratégia de organização da atenção à saúde voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada à maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades.



Atualmente, a principal estratégia de configuração da ABS no Brasil é a Estratégia Saúde da Família que tem recebido importantes incentivos financeiros visando à ampliação da cobertura populacional e à reorganização da atenção. A Estratégia Saúde da Família aprofunda os processos de territorialização e responsabilidade sanitária das equipes de saúde, compostas basicamente por médico clinico, enfermeiro, auxiliares ou técnicos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde, cujo trabalho é referência de cuidados para a população adscrita, com um número definido de domicílios e famílias/cidadãos assistidos por equipe.

Os cuidados primários de saúde são cuidados essenciais de saúde fundamentados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem batizadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance universal de indivíduos e famílias da comunidade, mediante sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país possam manter em cada fase de seu desenvolvimento, no espírito de autoestima e autodeterminação. Fazem parte integrante tanto do sistema de saúde do país, do qual constitui a função central e o foco principal, quanto do desenvolvimento social e econômico global da comunidade. Representam o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde, pelo qual os cuidados de saúde são levados o mais proximamente possível aos lugares onde pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à saúde. (Opas/OMS).

Araguatins integra a estratégia desde o programa de interiorização do trabalhador da saúde o PITS que teve seu marco em 2000. De lá para cá programou suas ações de forma ampliada em consonância com os demais municípios nas adesões aos programas do governo federal. Hoje podemos contar com programas de apoio a equipe mínima, além da saúde bucal o NASF/Equipe Multidisciplinar e o PSE.

O Núcleo de Ampliado a Saúde da Família (NASF) ou Equipe Multidisciplinar, existente Integrado a ABS, objetiva a potencializar as ações realizadas pelas Equipes de Saúde da Família, aumentando a resolutividade. Para isso, não se constituem como unidade



física independente ou especial, mas trabalha na unificação do cuidado dos casos com as equipes da ABS, e tendo designado profissionais para cada área existente dentro do núcleo.

Com a adesão ao PSE a cada ano desde sua implantação no país, as atividades nas escolas das áreas de atuação da ESF e de algumas UBS passam a integrar a ESE. O reconhecimento da responsabilidade das equipes da ABS no desenvolvimento da promoção de saúde e da prevenção de doenças e de agravos à saúde, a previsão da ampliação da cobertura da ESF e alteração da estrutura organizacional da SEMUS modificou o cenário da atenção à saúde do escolar. Em 2019, foram realizadas avaliações antropométricas em alunos de todas as escolas públicas do município entre outras ações. Já em 2020 e 2021 não foram possíveis a realização de ações nesse programa em função da Pandemia da COVID-19, onde todas as aulas foram suspensas como medida de contenção e controle da doença no mundo. Há necessidade de ampliação da cobertura das avaliações clínicas, com qualificação da antropometria, da triagem visual, da avaliação da pressão arterial e das ações da saúde bucal para 2022, as ações do PSE serão novamente implementadas.

A construção conjunta com a escola, do planejamento anual (PSE) das atividades da saúde do escolar e a inclusão da promoção da saúde e prevenção no projeto político-pedagógico escolar deverão ser priorizadas nos próximos anos. Há necessidade de construção das linhas de cuidado originado nas atividades de avaliação clínica nas escolas, bem como do aprimoramento do acolhimento às demandas originadas nas escolas pelas equipes - ESFs, com organização dos fluxos de encaminhamento especializado, quando necessário, principalmente relacionado a COVID-19.

A forma de avaliação de desempenho das equipes de saúde pelo governo Federal sofreram alterações com a implantação do Programa Previne Brasil. O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), não se utiliza mais, o programa Previne Brasil foi instituído pela Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. O novo modelo de financiamento altera algumas formas de repasse das transferências para os municípios, que passam a ser distribuídas com base em três critérios: capitação



ponderada, pagamento por desempenho e incentivo para ações estratégicas. A proposta tem como princípio a estruturação de um modelo de financiamento focado em aumentar o acesso das pessoas aos serviços da Atenção Primária e o vínculo entre população e equipe, com base em mecanismos que induzem à responsabilização dos gestores e dos profissionais pelas pessoas que assistem. O Previne Brasil equilibra valores financeiros per capita referentes à população efetivamente cadastrada nas equipes de Saúde da Família (eSF) e de Atenção Primária (eAP), com o grau de desempenho assistencial das equipes somado a incentivos específicos, como ampliação do horário de atendimento (Programa Saúde na Hora), equipes de saúde bucal, informatização (Informatiza APS), equipes de Consultório na Rua, equipes que estão como campo de prática para formação de residentes na APS, entre outros tantos programas.

Araguatins tem sua adesão garantida buscando um melhor nível de qualidade nas ações junto às equipes e pretende ampliar essa adesão a um maior numero de equipes haja vista as ações previstas na Programação Anual de Saúde. Já compomos o Programa Saúde na Hora em duas (2) UBS e o Informatiza APS em todas as equipes.

3.5 - Operacionalização do Fundo Municipal de Saúde

De acordo com a Constituição Federal (art. 77, § 3°. do ADCT), Lei 8.142/90, Decreto n°. 1232/94, Portaria GM/MS n°. 204/07, IN/SRF/RFB n°. 748/2007 e Resolução CNS n°. 322/03, os recursos referentes à saúde repassados aos municípios somente se darão através do Fundo Municipal de Saúde. De acordo com a Nota Técnica n. 001 Ministério da Saúde /Secretaria Executiva/Fundo Nacional de Saúde O Fundo Municipal de Saúde deverá ser inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica conforme instrução da Receita Federal do Brasil e poderá ser constituído como Matriz ou Filial de acordo com a realidade de cada município.



O Fundo Municipal de Saúde é uma unidade orçamentária dentro da Secretaria Municipal de Saúde e não uma unidade gestora, obedecendo à classificação funcional-programática da Lei n.º 4.320/64, por isso não haveria necessidade da criação de CNPJ. Contudo a Secretaria da Receita Federal em sua IN nº 200 de 2002 dispôs que os fundos públicos de natureza meramente contábil deveriam se inscrever no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, imposição esta que deve ser obedecida por todas as esferas de governo.

Portanto a constituição do Fundo já é uma realidade desde 1990 com a edição da lei 8080 e a lei 8142. Os recursos financeiros da saúde são repassados fundo a fundo, de modo que se o município não constituir o CNPJ ficará sem receber os recursos. Isso já é uma realidade. Tendo uma atenção maior ao fundo, se ele não for constituído, os repasses não chegam até o município. Alguns municípios no Brasil já não recebem por ainda não ter cumprido a lei, em torno de 80 cidades.

O Fundo deve ser lançado na LOA e ter sua operação comprovada por balancetes, relatórios financeiros mensais e balanços anuais específicos. O Fundo obedece às mesmas leis impostas para a administração pública como a 8.666/93, a 4320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os recursos que se destinam ao financiamento de ações e serviços de saúde deverão ser separados do montante de receitas municipais administrado por sistema de caixa único, para compor um fundo especial, o Fundo Municipal de Saúde.

Deverá seguir a mesma sistemática da administração pública imposta depois da constituição de 1988, que passou a contar com os seguintes instrumentos de gestão: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Se o fundo de saúde não estiver previsto na Lei Orçamentária Anual ou não tiver crédito adicional financiável, mesmo dispondo de dinheiro em caixa, o Gestor Público não poderá gastar. Os Conselhos de Saúde são definidos como organismos colegiados de caráter deliberativo e permanente, compostos por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, sendo que a representação dos usuários se dá de forma paritária em relação aos demais segmentos.



Os conselhos de saúde têm avançado significativamente no processo de formulação e controle da política Pública de Saúde, mas arcam ainda com alguns obstáculos importantes, dentre os quais: o não exercício do seu caráter deliberativo na maior parte dos municípios e estados, as precárias condições operacionais e de infraestrutura, a ausência de outras formas de participação, a falta de uma cultura de transparência e de difusão de informação na gestão publica, e a baixa representatividade e legitimidade de alguns conselheiros nas relações com seus representados.

A Lei Federal 8.142/90 definiu que o Conselho Municipal de Saúde, o instrumento de participação dos segmentos da comunidade na gerência do SUS, atuando "na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros..." (parágrafo 2 do artigo 1). O papel do Conselho de Saúde tem sido importante instrumento ao longo do processo de implementação do SUS, tanto que a Emenda Constitucional 29 — que vinculou impostos e transferências constitucionais para aplicação de recursos em saúde -, determinou que o acompanhamento e fiscalização dos recursos do Fundo de Saúde fossem exercidos pelo Conselho de Saúde.

O Fundo Municipal de Saúde de Araguatins foi criado sob a lei 611 de 17 de Março de 1997 hoje tem CNPJ próprio, sob forma de lei como já foi dito, é gerido pelo Secretário Municipal de Saúde em parceria com o gestor municipal, em sua política de aumento dos recursos. Submete ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações de forma quadrimestral de receita e despesa do fundo. O pagamento das despesas do Fundo é ordenado pelo Secretário de Saúde e Gestor do Fundo a que firma convênios e contratos. A contabilidade é realizada em parceria com a Prefeitura Municipal, prestando informações quadrimestrais para o Conselho Municipal de Saúde. Araguatins conta com um setor dentro da Secretaria de Saúde que organiza e gere o Fundo Municipal de Saúde conforme regulamentação. O Conselho é ativo e comprometido, participativo e avalia de fato as ações desenvolvidas.



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

3.6 - Sistemas de Informação em Saúde - SIS

Sistemas de Informação em Saúde — SIS		
CARTÃO SUS	Cartão Nacional de Saúde	
SIA	Sistema de Informação Ambulatorial	
SISAB (e-SUS)	Sistema de Informação de Atenção Básica	
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade	
SINAN	Sistema de Informações Agravos Notificáveis	
SINASC	Sistema de Informação de Nascidos Vivos	
SIOPS	Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde	
SISCAN	Sistema de Informação do Câncer	
SISLOC	Sistema de Informação em Saúde de Localidades	
SIVEP	Sistema de Informação em Saúde Malária	
SIPNI	Sistema de Informação de Imunização	
MDDA	Monitorização de Doenças Diarreicas Agudas	
HORUS	Sistema de Informação da Farmácia Básica	
SISREG	Sistema de Regulação de Serviços de Saúde/Solicitação e Agendamento de Consultas e Procedimentos.	

Fonte: SMS

O sistema de informação do município encontra-se operante, com avanços significativos relacionado a anos anteriores, conta com internet banda larga disponível na Secretaria Municipal de Saúde, possuímos computadores na sala de RMIS com digitadores capacitados. Computador exclusivo para o cartão SUS e acompanhamento do e-SUS. Internet nas Unidades Básicas de Saúde atendendo o programa de Imunização, o E-SUS/SISAB oferendo condições de funcionamento do Prontuário Eletrônico do Cidadão -PEC. Todos os ACS possuem seus Tabletes para cadastramento individual e domiciliar no seu território. Avanço nos recursos tecnológicos na saúde.

Podemos descrever a importância de alguns desses sistemas ao setor e como podem auxiliar na tomada de decisões no processo de trabalho das equipes de atenção básica e executados pelos digitadores na SEMUS.

Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM: Criado pelo Ministério da Saúde em 1975 para a obtenção regular de dados sobre mortalidade no país possibilitou a captação de dados sobre mortalidade, de forma abrangente e confiável, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações é possível



realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações e programas na área. O SIM proporciona a produção de estatísticas de mortalidade e a construção dos principais indicadores de saúde. A análise dessas informações permite estudos não apenas do ponto de vista estatístico e epidemiológico, mas também sócio demográfico.

Sistema de Informações de Nascidos Vivos – SINASC: Implantado pelo Ministério da Saúde em 1990 com o objetivo de reunir informações epidemiológicas referentes aos nascimentos informados em todo território nacional, apresenta atualmente um número de registros maior do que o publicado pelo IBGE, com base nos dados de Cartório de Registro Civil. Por intermédio desses registros é possível subsidiar as intervenções relacionadas à saúde da mulher e da criança para todos os níveis do Sistema Único de Saúde - SUS, como ações de atenção à gestante e ao recém-nascido. O acompanhamento da evolução das séries históricas do SINASC permite a identificação de prioridades de intervenção, o que contribui para efetiva melhoria do sistema.

Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN: O SINAN é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica.

Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações - SI-PNI: O objetivo fundamental do SI-PNI é possibilitar aos gestores envolvidos no programa uma avaliação dinâmica do risco quanto à ocorrência de surtos ou epidemias, a partir do registro dos imunos aplicados e do quantitativo populacional vacinado, que são agregados por faixa etária, em determinado período de tempo, em uma área geográfica. Por outro lado,



possibilita também o controle do estoque de imunos necessário aos administradores que têm a incumbência de programar sua aquisição e distribuição.

Sistema de Informações de Atenção Básica (SISAB): aporta dados relacionados à população coberta pela Estratégia Saúde da Família e pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde nos municípios em que se encontram implantados, bem como sobre as atividades desenvolvidas pelos agentes e equipes de Saúde da Família. O e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB) é uma estratégia do Ministério da Saúde através do Departamento de Atenção Básica (DAB) para reestruturar as informações da atenção primária à saúde (APS), modernizando sua plataforma tecnológica com o objetivo de informatizar as unidades básicas de saúde, oferecer ferramentas para ampliar o cuidado e melhorar o acompanhamento da gestão. Pretende-se com o e-SUS AB, reduzir a carga de trabalho empenhada na coleta, inserção, gestão e uso da informação na APS, permitindo que a coleta de dados esteja dentro das atividades já desenvolvidas pelos profissionais, e não uma atividade em separado. Dentre as principais premissas do e-SUS, destacam-se: Reduzir o retrabalho de coleta dados; Individualização do Registro; Produção de informação integrada; Cuidado centrado no indivíduo, na família e na comunidade e no território; Desenvolvimento orientado pelas demandas do usuário da saúde. A grande vantagem além de proporcionar melhor monitoramento, foi a inclusão de outros tantos sistemas que consumiam burocraticamente o tempo dos profissionais de saúde da Atenção Básica, agora está otimizado.

A cultura organizacional do setor público brasileiro, em geral, não estimula a iniciativa e a criatividade de seus trabalhadores. Entretanto, deve-se lembrar de que todo processo de mudança implica a necessidade de profissionais não apenas com boa capacitação técnica, mas com liberdade de criação e autonomia de ação. O e-SUS AB oferece aos municípios o desafio da unificação dos sistemas, agora é utilizálo, tendo sempre presente a perspectiva de que a transformação está em marcha e ainda há



um longo caminho a ser percorrido no processo de implementação e viabilização do mesmo para a mais uma etapa da consolidação do SUS.

Os outros sistemas como o HÓRUS é um sistema nacional de gestão da assistência farmacêutica de acesso on-line implementado pelo Ministério da Saúde do Brasil, que permite o controle e distribuição dos medicamentos disponíveis no Sistema Único de Saúde. Foi lançado em 3 de novembro de 2009 e facilitou bastante a organização das Farmácias Básicas municipais.

O SISCAN é uma versão em plataforma web que integra os sistemas de informação do Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero (SISCOLO) e do Programa Nacional de Controle do Câncer de Mama (SISMAMA). Tem por finalidade permitir o monitoramento das ações relacionadas à detecção precoce, à confirmação diagnóstica e ao início do tratamento de neoplasias malignas.

O SIOPS é o sistema informatizado, de alimentação obrigatória e acesso público, operacionalizado pelo Ministério da Saúde, instituído para coleta, recuperação, processamento, armazenamento, organização, e disponibilização de informações referentes às receitas totais e às despesas com saúde dos orçamentos públicos em saúde. O sistema possibilita o acompanhamento e monitoramento da aplicação de recursos em saúde, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas. É no SIOPS que gestores da União, estados e municípios declaram todos os anos os dados sobre gastos públicos em saúde. São essas declarações que garantem as transferências constitucionais de recursos para a oferta de ASPS.

Quanto ao SISLOC - Para viabilizar qualquer atividade de vigilância e controle vetorial, como levantamento de índice, distribuição de armadilhas, delimitação de foco e bloqueio de transmissão viral, se procede inicialmente o reconhecimento geográfico. Os municípios com mapas já construídos devem servir de parâmetro para a construção do RG, se observando as delimitações de áreas urbanas e rurais, sendo posteriormente e



permanentemente atualizadas durante os trabalhos subsequentes. O imóvel é a unidade básica do serviço anti-vetorial. Considera-se como imóvel uma residência, um terreno baldio, o prédio do hotel, do hospital, colégio, um apartamento, igreja, oficina mecânica, o quartel, a cadeia prisional, etc.

O **Sivep-Malária** é composto pelos módulos principais de notificação de casos e emissão de relatórios, além de módulos auxiliares para cadastrar localidades, laboratórios, unidades notificantes e agentes notificantes.

Todos os sistemas tem sua importância para o monitoramento, acompanhamentos dos indicadores e base para um planejamento dentro do processo de trabalho. São sistemas que contribuem para o planejamento adequado e dentro da realidade apresentada em conformidade com a Educação Permanente e para a elaboração dos Instrumentos de Gestão.



4. CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO/ANÁLISE SITUACIONAL

No tocante aos quadros anteriores apresentados conforme a população, faixa etária, Índice de Desenvolvimento Humano, aspectos econômicos e culturais, estabelecemos as condições de saúde da população e damos norte para o planejamento das ações a serem planejadas. Podemos elencar aqui todas as fases da vida para assim poder pensar a saúde.

No período de vida do ser humano a fase da infância corresponde ao período que vai do nascimento até os nove anos de idade. É uma fase que se caracteriza por um período em que ocorrem as maiores e mais rápidas mudanças de todo o ciclo de vida, tanto do ponto de vista físico, ai nos remetemos ao crescimento, como psíquico e cognitivo que é o desenvolvimento, principalmente no seu período inicial, ou seja, nos primeiros dois anos de vida. Esta característica torna esta fase da vida a de maior risco para a saúde do indivíduo, precisando com isso de alguns cuidados especiais e na atenção às suas necessidades básicas. As ações de atenção à saúde da criança se constituem em medidas de promoção, proteção e atenção a este grupo etário de acordo com as suas características, permitindo o crescimento e o desenvolvimento adequados para uma vida adulta saudável.

Em Araguatins podemos avaliar nos últimos cinco anos a saúde da criança com uma taxa de mortalidade infantil significativa 6,8 óbitos em média por ano, podendo estar relacionado as condições de saúde, saneamento, renda e desigualdade social. Nossa região é precária em saneamento e renda principalmente. Em 2016 especificamente, ocorreram 15 casos de sífilis congênita em menores de um ano demonstrando fragilidade nas equipes de AB, ainda e um pré-natal inadequado. A proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança esta com coberturas vacinais alcançadas, em 25 % muito abaixo do pactuado o que traz sérios problemas de saúde na população infantil contribuindo para o aumento da mortalidade infantil, um dos maiores problemas enfrentados em relação a cobertura vacinal são as divisas onde os municípios vizinhos como Esperantina e Buriti



realizam a vacina de nossa comunidade. A cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do programa Bolsa Família vem melhorando a cada ano ficando a média dos últimos cinco anos em 87%. Em relação à saúde do adolescente as ações são realizadas integradas ao PSE, Programa Saúde na Escola e ainda são incipientes.

Quando falamos da Saúde da Mulher, o índice de gestações na adolescência registra queda na série histórica dos últimos cinco anos, porém com números ainda muito altos. A proporção de nascimentos nos hospitais pelo SUS tem se mantido estável onde os partos normais tem apresentado uma média, numa série histórica entre 2016 e 2020, de 60% para dado que preocupa o município levando em consideração que há um incentivo ao parto normal desde o pré-natal; A principal causa e morte em mulheres são os distúrbios cardiovasculares, seguido pelas causas externas e a maior morbidade também é por doenças do aparelho circulatório. Não temos casos de óbitos maternos nos últimos quatro anos, 1 caso em 2016. A razão de exames citopatológicos segundo a Pactuação Interfederativa é muito baixa, uma razão de 0,18. A razão de exames de mamografia está bem abaixo do esperado em torno de 0,05 enquanto deveríamos atingir pelo menos 0,10 a meta proposta. Quanto aos indicadores da prevenção do câncer, precisamos do apoio do estado na realização e liberação dos resultados o que não acontece a contento. As mamografias não são realizadas, pois não temos um mamógrafo na região. As consultas de pré-natal também estão abaixo da média necessitando serem intensificadas as ações das equipes de atenção básica, no indicador de consultas do Programa Previne Brasil o município está com 60% somente de acompanhamento.

Segundo os princípios e diretrizes do Ministério da Saúde, a proposição da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem visa qualificar a atenção à saúde da população masculina na perspectiva de linhas de cuidado que resguardem a integralidade da atenção. Para isso, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem está alinhada com a Política Nacional de Atenção Básica – porta de entrada do Sistema Único



de Saúde - e com as estratégias de humanização em saúde, e em consonância com os princípios do SUS, fortalecendo ações e serviços em redes e cuidados da saúde.

Estudos que fazem uma comparação entre homens e mulheres têm confirmado que os homens são mais vulneráveis às doenças, especialmente às enfermidades graves e crônicas, e que morrem mais precocemente que as mulheres. Apesar da maior vulnerabilidade e das altas taxas de morbimortalidade, os homens não buscam, como o fazem as mulheres, os serviços de atenção primária, penetrando no sistema de saúde pelo cuidado ambulatorial e hospitalar, o que tem como consequência agravo da morbidade pelo retardamento na atenção e maior custo para o sistema de saúde. O reconhecimento de que a população masculina acessa o sistema de saúde por meio da atenção especializada requer mecanismos de fortalecimento e qualificação da atenção primária, para que a atenção à saúde não se restrinja à recuperação, garantindo, maiormente, a promoção da saúde e a prevenção a agravos evitáveis. A não procura pelos serviços de atenção primária faz com que o indivíduo fique privado da proteção necessária à preservação de sua saúde e continue a fazer uso de procedimentos desnecessários se a procura pela atenção houvesse ocorrido em momento anterior. (Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem).

É de conhecimento de todos os setores da saúde que os homens, de maneira geral, acercam-se de se cuidarem menos com relação à sua saúde, e em implicação a isso, estudiosos começaram a identificar especificidades no cuidado à saúde desses homens que muito pouco busca cuidar de sua saúde. Um forte fator está ligado a esse cenário atual: a influência das questões culturais e regionais, associadas ao papel desse homem na sociedade moderna, do homem que não pode e nem deve adoecer, se acham imunes a doenças. É interessante notar que, segundo o Dicionário Aurélio, uma das definições para masculino é: "varonil, enérgico, forte, másculo".

A Saúde Mental no município de Araguatins, conta com uma unidade de CAPS I e a Residência Terapêutica, atende pacientes com um grau maior de tratamento. O município conta com profissionais da área, como psicólogos e médico psiquiatra específicos para o



acompanhamento desses grupos de saúde mental e familiares que são atendidos pela APS e ainda com um espaço próprio que contribui com o acompanhamento. Quem conduz encaminhamentos ao CAPS são os profissionais da Estratégia Saúde da Família dentro do município. Temos um CAPS AD em Augustinópolis que é vizinho atende à demanda relacionada a referência.

Para a Saúde da Pessoa Idosa a atenção básica municipal tem como principal finalidade implantar/implementar ações estratégicas de atenção à saúde da população idosa em Araguatins, tendo uma diretriz a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa - (PNSPI), vem com o propósito de monitorar e avaliar os avanços e ou retrocessos dos indicantes pactuados alusivos a esse eixo prioritário.

Segundo o DATASUS, em Araguatins, entre os anos de 2017 a 2019, ocorreram em média 180 óbitos por ano e uma média de 118, a maioria deles acima de 60 anos de idade, idosos. 178 casos de óbitos foram por doenças do aparelho circulatório, seguidos de 61 casos por neoplasias, sendo 38 idosos acima de 60 anos, nos três anos. Nossa população idosa está morrendo em maior proporção. Importante ressaltar as internações também por doenças do aparelho circulatório, principalmente em idosos, 236 casos de internações em idosos em 2021, as doenças infecciosas e parasitárias também somam uma das maiores causas de internações em idosos no município sendo 117 casos registrados. Também não podemos deixar de ressaltar as doenças respiratórias que internam muitos idosos.

A Cobertura populacional estimada pelas Equipes de Atenção Básicas e de Saúde Bucal é boa, nos últimos cinco anos o município investiu na implementação das equipes de atenção básica e oferecendo uma cobertura de 100%. O maior problema enfrentado hoje pelas equipes é a dificuldade de profissionais médicos que queiram atender a carga horária preconizada em portaria para as ações básicas de saúde, a alta rotatividade de profissionais prejudica o veículo e afeta os resultados.

É importante ressaltar que a região de saúde a qual o município está inserida não dispõe de serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Esse fator gera muitos



problemas para o município e região, pois o atendimento móvel é ineficaz e acaba-se por perder muitas vidas pelo quesito qualidade do serviço móvel. Quando comparamos a falta desse serviço com o grande numero de acidentes em nossas estradas podemos observar quantas vidas poderíamos salvar com um serviço de qualidade disponível. Existe uma rede aprovada em CIR, porem é moroso o sistema. Os índices de morbimortalidade são altíssimos devido a fatores de causas externas, é o segundo lugar, segundo DATASUS.

A Farmácia Básica Municipal aderiu em 2013 ao programa QUALIFAR-SUS e implantou o sistema HORUS. O Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no SUS (QUALIFAR-SUS) tem por finalidade contribuir para o processo de aprimoramento, implementação e integração sistêmica das atividades da Assistência Farmacêutica nas ações e serviços de saúde. Instituído pela Portaria GM/MS 1214, de 13 de junho de 2012, organiza-se em quatro eixos: Educação, Cuidado, Informação e Estrutura, visando uma atenção contínua, integral, segura, responsável e humanizada. Está organizado até o momento, conta com profissionais qualificados na alimentação do sistema HORUS e organiza toda a rede de abastecimento. Oferta uma cobertura de 95% do atendimento das demandas.

A média e Alta complexidade no município é composta por um Hospital Geral que atende todas as demandas do município e algumas de municípios vizinhos e ainda do estado do Pará. O hospital é de gerencia municipal. Apresenta dificuldades como qualquer outro município brasileiro que não dispõe de incentivos financeiros para custeio das ações que ainda são limitados. Outro fator a citar é a falta de profissionais especialistas para resolver as demandas reprimidas na região. Os problemas com a falta de compromisso e descumprimento de carga horária, principalmente dos médicos, é grande. Essa situação vem trazendo sérios transtornos a população em geral e a gestão que não consegue resolver os problemas que refletem desde a atenção básica municipal.

Os recursos da União não são suficientes, acarretando numa sobrecarga para os municípios. É preciso rever as diretrizes da política como forma de adaptar as estruturas



existentes e dar resolutividade nas regiões de saúde. Os hospitais funcionam de forma referencial e podem ser estruturados para atendimento qualificado, tornando desnecessário o deslocamento de pacientes para outras cidades, maior gasto dos municípios hoje, principalmente quando se fala da judicialização. Porém precisa do apoio do estado.

A implementação de novos modelos assistenciais no Sistema Único de Saúde (SUS) vem exigindo dos gestores inúmeras funções e, também, um conjunto de novas responsabilidades que cada município deve assumir no processo de regionalização, com vista a orientar a construção de regiões de saúde, para a obtenção de recursos humanos, tecnológicos e financeiros, adequados e suficientes, para a garantia do direito à saúde. Nesse sentido, devem potencializar os processos de planejamento, negociação e pactuação capazes de estruturar um espaço de cogestão, por meio da Comissão Intergestores Regional - CIR, propiciando que os gestores, de forma cooperativa, executem suas funções de planejamento, orçamento, coordenação e avaliação das estratégias e dos serviços regionais, garantindo à população atenção à saúde.

4.1 - Situações Epidemiológicas

Doenças de Notificação Compulsória	AN	O 2020	ANO	O 2021
(Fonte: SINAN/SIVEP-DDA 2021)	Notificados	Confirmados	Notificados	Confirmados
Acidentes com Animais Peçonhentos	106	106	103	103
Atendimento Antirrábico Humano	113	113	91	91
Dengue	56	11	20	05
Diabetes	205	205	114	114
Hanseníase	06	06	13	13
Hepatite A	02	02	00	00
Condiloma (Verrugas Ano genitais)	02	02	00	00
Caxumba (parotidite Epidêmica)	01	01	03	03
Gestante com HIV	01	01	00	00
Leishmaniose Tegumentar	00	00	00	00
Leishmaniose Visceral	00	00	00	00
Malária	00	00	00	00
Sífilis Congênita	13	13	6	6
Tuberculose	5	5	4	4
Diarreia	589	589	875	875



A vigilância em saúde tem por objetivo a ressalva e análise permanente da situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, garantindo a integralidade da atenção, o que inclui tanto a enfoque individual como coletivo dos problemas de saúde. Compreende as ações de vigilância, acesso, cuidado e controle de doenças e agravos à saúde. Deve estar cotidianamente inserida em todos os níveis de atenção da saúde. A partir de conhecimentos e práticas da epidemiologia, da análise de situação de saúde e dos determinantes sociais da saúde.

Como podemos observar o município apresenta um número alto de diarreias agudas, 589 casos em 2020 e 875 em 2021, em sua série histórica comprova-se esse crescimento. As diarreias ocorrem principalmente, pela falta de saneamento básico e da higiene da grande maioria da população seguida das verminoses.

A Hanseníase apresenta uma ocorrência alta, de 13 casos em 2021 e 6 em 2020, doença que temos trabalhado para a erradicação, porém ainda muito comum na região norte onde o município está localizado. Necessário investimentos na política de erradicação da doença, realizar busca ativa, tratar e avaliar os contatos, intensificar as ações.

Os acidentes por animais peçonhentos merecem atenção, observamos uma ocorrência bem significativa de 106 casos em 2020 e 103 em 2021. Essa ocorrência se dá principalmente pelo grande numero de trabalhadores rurais no município que adentram ao habitat natural dos animais e por se tratar de uma região com muitas reservas de matas próximas a cidade os animais acabam migrando para áreas urbanas e causando os acidentes. É preciso orientar os trabalhadores e moradores quanto a medidas de proteção individual.

Outra notificação que se avalia juntamente a essa são os atendimentos Antirrábicos Humanos que em 2020 foram 113 casos, e 91 em 2021, grande número de animais, cães nas ruas causando os acidentes.



Quanto as Hepatites podemos observar a ocorrência de 2 casos em 2020, já em 2021, não ocorreram casos. Os serviços de vigilância têm intensificado as ações de prevenção da doença. As outras doenças ocorreram em menor número.

Relacionado a Dengue, observamos uma redução no número de casos notificados por parte das equipes, por isso os trabalhos de conscientização da população têm sido intensificados para melhorar cada dia mais a questão da conscientização das pessoas na eliminação dos criadouros e a capacitação das equipes/profissionais para melhor avaliação dos casos. Há uma grande preocupação com subnotificação, em 2020 foram notificados 56 casos dos quais 11 foram confirmados, já em 2021 foram 20 notificados e 5 confirmados.

As leishmanioses Tegumentar e Visceral aparecem sem notificação nos dois anos consecutivos.

A Tuberculose em 2020 apresentou 5 casos e 4 casos em 2021. Aumentou bastante de um ano para outro o que é preocupante, também consta na programação anual operações no sentido de controlar a doença. Também merece um olhar especial no controle e tratamento dos casos e avaliação dos contatos.

A Sífilis Congênita é fator importante no sentido de investir em maior prevenção durante o pré-natal, o município apresenta número de casos altos pela cobertura populacional de Atenção Básica que compõe.

Do ponto de vista epidemiológico observa-se a necessidade de implementação da politica de Vigilância em Saúde com ações de prevenção e promoção da mesma. É necessário investimentos em capacitação dos profissionais e maior comprometimento dos mesmos para evitar as subnotificações que implicam no aumento dessas doenças.



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

4.2 -Informações sobre mortalidade

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10											
Capítulo CID-10	2017	2018	2019	2020							
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	6	10	4	38							
II. Neoplasias (tumores)	25	20	16	18							
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitária	-	-	-	-							
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	24	15	24	18							
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	4	-	7							
VI. Doenças do sistema nervoso	5	8	6	4							
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-							
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastoide	-	-	-	-							
IX. Doenças do aparelho circulatório	64	56	58	63							
X. Doenças do aparelho respiratório	12	16	12	19							
XI. Doenças do aparelho digestivo	9	11	5	7							
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-							
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	-	1	-	-							
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	5	2	3	4							
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	1							
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	3	3	1	7							
XVII. Malformações congênitas deformidades e anomalias cromossômicas	2	2	1	-							
XVIII. Sintomas sinais e achados anormais ex clínico e laboratorial	4	8	10	5							
XIX. Lesões envenamentos e algumas out consequências causas externas	-	-	-	1							
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	28	32	27	29							
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-							
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-							
Total	187	188	167	221							

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET) Data da consulta: 20/12/2021.

Em Araguatins as pessoas morrem mais por doenças do Aparelho Circulatório, em média 59 casos por ano, preocupa-se ratificando que se deve investir em políticas de saúde do idoso prevenindo as mortes. Em seguida vem as mortes por causas externas, 27 casos



em média, o que também se torna um ponto de extrema necessidade e preocupação, reforçando a necessidade de implementação de políticas de saúde na cultura de paz, vendo que as causas externas são provocadas por acidentes automobilísticos e por armas frias e quentes, ligadas diretamente ao álcool e drogas. Em seguida temos as neoplasias (tumores), com incidência em idades acima de 60 anos. Temos as doenças dos sistemas endócrino e nutricionais que são bem comuns, onde se tem uma atenção maior com alimentação. Doenças do aparelho respiratório vêm em seguida. Outras doenças exemplificadas na tabela acima estão divididas em medias significativas e deve-se ter uma atenção vigilante.

As "doenças da modernidade" são as que mais matam no Brasil. De acordo com dados do Ministério da Saúde (OMS), o perfil nacional da mortalidade modificou-se durante os últimos anos, evidenciando que atualmente as doenças do aparelho circulatório em associação com vida agitada nos grandes centros urbanos, sedentarismo, estresse, alimentação desregrada e consumo exacerbado de fumo e bebidas alcoólicas, estão em primeiro lugar no ranking, sendo as responsáveis pelo maior número de óbitos de indivíduos de ambos os sexos.

Segundo informações da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), na década de 30, as doenças infecciosas e parasitárias (tuberculose, diarreias, malária, entre outras) correspondiam a aproximadamente 46% das mortes em capitais do país. Desde então, verificou-se significativa, verifica-se que essas doenças correspondem hoje a apenas 5% das causas de morte no Brasil.

PMS 2022 2025 49



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

4.3 - Informações sobre morbidade

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.													
Capítulo CID-10	2017	2018	2019	2020	2021								
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	153	105	81	117	343								
II. Neoplasias (tumores)	43	46	37	39	34								
III. Doenças sangue órgãos hemat e transtornos imunitárias	6	10	5	8	7								
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	17	39	13	37	34								
V. Transtornos mentais e comportamentais	3	3	12	9	5								
VI. Doenças do sistema nervoso	14	9	10	9	11								
VII. Doenças do olho e anexos	1	8	3	3	2								
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastoide	-	4	1	-	-								
IX. Doenças do aparelho circulatório	55	55	57	77	78								
X. Doenças do aparelho respiratório	83	133	77	77	104								
XI. Doenças do aparelho digestivo	61	70	85	64	129								
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	43	58	38	35	16								
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	8	9	19	12	6								
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	72	88	65	56	60								
XV. Gravidez parto e puerpério	384	360	429	374	337								
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	16	17	27	23	30								
XVII. Malformações congênitas deformidades e anomalias cromossômicas	10	11	9	2	10								
XVIII. Sint. sinais e achados anormais exames clínicos e laboratoriais	6	33	59	28	9								
XIX. Lesões envenamentos e algumas out consequências causas externas	147	123	147	154	159								
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-								
XXI. Contatos com serviços de saúde	37	28	34	20	29								
CID 10 ^a Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-								
Total	1.159	1.209	1.208	1.144	1.403								

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 20/12/2021.



A Morbidade Hospitalar predominante com uma média de 386,5 casos é de Gravidez Parto e Puerpério – essa média se mantém numa serie de 5 anos consecutivos. Em seguida observamos a média de 159,8 casos, de doenças infecciosas parasitarias, com uma incidência ate os 9 anos e aumentando na população jovem adulta. Seguida das causas externas, com a média de 146 casos e uma incidência na faixa etária de 10 ate 50 anos. Temos as doenças do aparelho respiratório com um alto índice também, média de 94,8 casos, sendo que a maior deles esta na faixa até os 9 anos de idade. Doenças do aparelho a digestivo, geniturinário e circulatório, vêm em seguida com 81,8, 68,2 e 64,4 casos, que somando se torna altos índices e uma preocupação para atenção básica. E as demais doenças se encontram com morbidades distribuídas e vulneráveis a ações que precisam ser feitas na melhoria da saúde no município.

As causas externas de morbimortalidade englobam as lesões decorrentes dos acidentes de trânsito, afogamentos, envenenamentos, quedas, assim como as violências que incluem as agressões, homicídios, suicídios e abusos sexuais. Segundo informações do MS, em 2019, a mortalidade por causas externas constituiu a terceira causa mais frequente de óbito no Brasil. São de fundamental importância os estudos de morbidade hospitalar por causas externas para compreender a extensão e gravidade do problema, aprimorar a vigilância desses agravos e apoiar a tomada de decisões dos gestores no sentido de implementar medidas que minimizem e previnam a morbidade por causas externas.

Os agravos provocados por causas externas de morbidade e mortalidade são responsáveis por expressiva parcela dos problemas de saúde. Podem ocasionar consequências orgânicas, psicológicas, sociais, econômicas e culturais, trazendo prejuízos consideráveis às populações afetadas. Constituem grande desafio para as políticas e serviços de saúde do Brasil, pois este setor "constitui a encruzilhada para onde confluem todos os corolários da violência" e que, "pelo número de vítimas e magnitude de sequelas, as causas externas apresentam caráter endêmico e se converteram em problema de saúde pública".



5. GESTÃO EM SAÚDE

O conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS) retrata SAÚDE como "o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença". Este conceito extrapola o sistema corpóreo, pois na Saúde Pública a abordagem é mais complexa, onde o interesse não se prende apenas à saúde individual, e sim se expande para uma visão mais abrangente de Saúde Coletiva. Num município qualquer, por mais saudável que se revele, haverá indivíduos com doenças incubadas, casos clínicos e mortes. Qualquer agregado humano depende de serviços de saúde, de hospitais, de médicos, enfermeiros, dentistas e outros profissionais de saúde. Há também a necessidade de um sistema integrado, que possa atuar nos fatores determinantes das doenças, visando à prevenção ou à profilaxia. No Brasil, a população em mais de 70% dos casos dirigi-se aos serviços financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a operacionalização das diretrizes constitucionais de descentralização e participação social para organização e gestão do SUS vem produzindo expressivas mudanças. No desenho institucional da ação governamental, tais como: a) a realização de Conferências de Saúde, com representação de vários segmentos sociais, a fim de propor diretrizes para a política de saúde; b) a instituição de Conselhos de Saúde como órgãos colegiados permanentes e de caráter deliberativo sobre a política de saúde; c) a criação de Comissões Intergestores, como fóruns de negociação entre as três instâncias de direção do SUS: município, Estado e União. Destacando-se, também, a crescente autonomia e independência dos entes federados subnacionais na gestão política e financeira dos sistemas locais, a partir das crescentes parcelas de recursos federais transferidas direta e automaticamente do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde. As condições políticas, institucionais, jurídicas e financeiras construídas em mais de doze anos de implementação do SUS, vem contribuindo significativamente, para o estabelecimento de caminhos promissores para a consolidação de



uma gestão descentralizada e participativa do sistema e da política de saúde e para uma maior governabilidade setorial na garantia do direito à saúde. Porém, tais mudanças ainda não resultaram em redução substantiva das desigualdades em saúde no país, apesar da saúde ser uma área de proteção, regulação e controle do Estado. Não existe um modelo de administração das "indústrias sociais" que seja coerente, formulado e implementado. Quando se trata de serviços públicos, a noção do usuário acerca do que é possível e desejável melhorar é muito menos objetiva e mensurável, que na compra de um produto industrializado ou de um serviço de assistência técnica citando, Suckow 2007.

"Se você acha que investe muito em saúde, experimente a doença". (Willian C. Gilson).

Dois dos maiores problemas da gestão municipal hoje está intimamente ligado a recursos humanos! Também não podemos deixar de citar a Judicialização da Saúde!

Apesar dos avanços que se podem observar nas políticas de saúde no Brasil nos últimos anos, após a vigência da Constituição Federal de 1988, o campo da gestão dos recursos humanos pouco avançou e é certamente o que convive com maiores problemas e dificuldades. Quando se fala em Política de Recursos Humanos, podemos afirmar o pouco desenvolvimento da gestão dos recursos humanos do SUS, e podemos citar os seguintes desafios e problemas enfrentados: (1) O perfil, a disponibilidade e a distribuição de profissionais; (2) As competências profissionais; (3) A necessidade de educação permanente; (4) A diversidade de vínculos, as modalidades de contratação e o arcabouço jurídico-institucional para o setor de Recursos Humanos. Os diversos problemas nesta área e as diferentes dimensões das dificuldades nos mostram que qualquer abordagem neste campo não deve desconsiderar a magnitude do grande desafio que é a gestão dos recursos humanos para o SUS.

Outro desafio para a saúde é a Judicialização. A judicialização da saúde no modelo brasileiro está criando um SUS de duas portas: uma para aqueles que vão ao Judiciário, para quem "a vida não tem preço" e conseguem assim acesso irrestrito aos recursos estatais



para satisfazer suas necessidades em saúde; outra para o resto da população, que, inevitavelmente, tem acesso limitado, e mais limitado ainda pelo redirecionamento de recursos que beneficia aqueles que entraram pela outra porta.

Diante das limitações orçamentárias, fica difícil impor ao Estado e municípios a responsabilidade pela concessão ilimitada de tratamentos e medicamentos. Porém, isso não deve servir como justificativa para o desrespeito a um direito que, além de constitucional, envolve uma garantia elementar, que é o direito à vida. Faz-se necessário uma ampla discussão entre os dois setores no sentido de aproximar os conceitos e encontrar soluções e é o que o município vem propondo em parceria com os outros município da região principalmente na CIR.

5.1 - Planejamento

A nova forma de gestão pública tem sido caracterizada pelo termo flexibilidade, envolvendo a ideia de que é necessário reforçar as possibilidades de tomada de decisões de forma descentralizada, proporcionando a todos os atores uma maior autonomia de ação, a fim de ampliar os espaços de criatividade e ousadia na busca de soluções. A descentralização, uma das diretrizes que orienta o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS –, gera a necessidade de pactuação entre as três esferas de governo e faz da área de saúde a política setorial que maior impacto vivencia entre as políticas públicas do Estado brasileiro. A expressão concreta dada por essa dimensão política envolve questões complexas, principalmente quando se considera que, no setor saúde, atuam e interagem distintos atores: população, corporações, gestores, dirigentes políticos, profissionais e segmentos empresariais. Essas questões configuram um campo de atuação em que as instâncias organizativas do SUS podem e devem assumir papéis diferenciados de acordo com a natureza dos problemas em foco, adotando estratégias que variam segundo o cenário político e institucional. Nesse quadro, o planejamento no setor saúde adquire maior importância, na medida em que se configura como um relevante mecanismo de gestão que



visa conferir direcionalidade ao processo de consolidação do SUS. Os gestores do setor saúde vêm se empenhando continuamente em planejar, monitorar e avaliar as ações e serviços de saúde, até porque são cobrados de acordo com a judicialização da saúde. Tais esforços têm contribuído, certamente, para os importantes avanços registrados pelo SUS nestes mais de 30 anos de sua criação. É importante reconhecer, contudo, que os desafios atuais e o estágio alcançado exigem um novo posicionamento em relação ao processo de planejamento, capaz de favorecer a aplicação de toda a sua potencialidade, corroborando de forma plena e efetiva para a consolidação deste Sistema. Sistema de Planejamento do SUS, uma construção coletiva, instrumentos básicos. Com esse intuito, foi criado o Sistema de Planejamento do SUS, cuja regulamentação obteve a aprovação da Comissão Intergestores Tripartite no dia 9 de novembro de 2006, na qual estão estabelecidos os instrumentos básicos que dão expressão concreta a este Sistema, que são: o Plano de Saúde, a Programação Anual de Saúde e o Relatório Anual de Gestão. Esses instrumentos tem por objetivo possibilitar a qualificação das práticas gerenciais do SUS e, por via de consequência, a resolubilidade tanto da sua gestão, quanto das ações e serviços prestados à população. O Sistema de Planejamento do SUS requer constante avaliação e incorporação sistematizada das experiências que a sua operacionalização indica.

É necessário que o município se organize com um setor de planejamento para atender a essas necessidades de gestão hoje instituídas, principalmente municípios como Araguatins que já atendem a uma gama de serviços. Em Araguatins já podemos observar no organograma o setor bem definido e com sua direção, setor esse que organiza todos os instrumentos de gestão conforme a legislação.

5.2 - Financiamento

Por financiamento em saúde, compreende-se o aporte de recursos financeiros para viabilidade das Ações e Serviços Públicos de Saúde, implementados pelos Estados, Municípios e Distrito Federal com recursos próprios da União, Estados e Municípios e de



outras fontes suplementares de financiamento, todos devidamente contemplados no orçamento da seguridade social. As três esferas de Governo, Federal, Estadual e Municipal, tem a obrigação de assegurar o montante de recursos necessários ao Fundo de Saúde de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, de 2000 e a Lei Complementar nº 141/2012, a qual dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por estas três esferas. A mesma estabelece os critérios de rateio de recursos para as transferências e normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com Saúde.

As transferências, regulares ou eventuais, da União para estados, municípios e Distrito Federal estão condicionadas à contrapartida destes níveis de governo, em conformidade com as normas legais vigentes (Lei de Diretrizes Orçamentárias e outras). Esses repasses ocorrem por meio de transferências "fundo a fundo", realizadas pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) diretamente para os Estados, Distrito Federal e Municípios, ou pelo Fundo Estadual de Saúde aos municípios, de forma regular e automática, propiciando que gestores estaduais e municipais possam contar com recursos previamente pactuados, no devido tempo, para o cumprimento de sua Programação de Ações e Serviços de Saúde.

Respectivamente, a cada esfera compete aplicar na saúde, 12% e 15% da arrecadação líquida de impostos com ações e serviços públicos de saúde. Araguatins vem aplicando mais de 15% todos os anos conforme serie história apresentada em 04 anos:

2017	2018	2019	2020
25,31%	17,79%	21,12%	16,92%

Observa-se que os desafios do financiamento do SUS municipal para o quadriênio 2022-2025 envolvem uma maior eficácia quanto na aplicação dos recursos disponíveis, com estratégias que visam a disseminar o conhecimento sobre essa área do SUS para toda a SEMUS e sua relação com o planejamento das ações em saúde. Para isso, há a



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

necessidade de qualificar a área de captação de recursos e de elaboração de projetos para o recebimento de recursos, de forma integrada às áreas técnicas e setores com necessidades comuns, bem como de fortalecer a estrutura da equipe de financiamento e orçamento para tais atribuições e demandas.

O Decreto nº 7.827/2012 foi publicado visando regulamentar os procedimentos condicionantes para o recebimento de recurso para a saúde, bem como para o restabelecimento de transferências suspensas. Essa norma reforça a obrigatoriedade da atualização permanente dos dados financeiros no Sistema de Informações de Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), onde é feita a declaração da receita recebida e dos gastos realizados pelo ente federado, bem como a aplicação do percentual mínimo de recursos com ações e serviços de saúde. O não cumprimento dessa prescrição pode levar à suspensão das transferências constitucionais e voluntárias.

Neste conjunto de repasses, se fazem necessárias algumas medidas para seu bom funcionamento: instituição e funcionamento do Fundo Municipal de Saúde gerido pelo Secretário da Secretaria da Saúde, instituição e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, elaboração de Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatório de Gestão quadrimestral e aplicação do percentual mínimo de recursos próprios no exercício anterior.

Com a implantação do Programa Previne Brasil que mudou a forma de pagamento da Atenção Básica, reduzimos as burocracias existentes e fica mais fácil a adesão aos programas. A única questão ainda é a insuficiência dos recursos dispensados pela instancia federal, onerando o município na tomada de decisões. No que tange ao município de Araguatins o repasse MAC é insuficiente, a tabela SUS está muito defasada e não cobre aos custos dos procedimentos.

É claro e evidente a rotatividade de gestores e profissionais da saúde gerando internamente na SEMUS, assim como em setores externos, a falta de conhecimento destes processos, da gestão dos recursos da saúde, de sua autonomia financeira, de seu



planejamento de aplicação, de como se dão estes processos e seus planos aplicativos gerando problemas sérios de aplicabilidade e auditorias.

As regras de financiamento das três esferas de gestão têm como contexto maior a Lei Complementar 141/2012, que regula a EC 29. Neste sentido, União, Estado e Município devem adequar seus sistemas de financiamento para garantir a articulação PPA e PMS e, por conseguinte, viabilizar o alinhamento entre a Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com a PAS.

Na elaboração destes instrumentos, para iniciar o processo orçamentário é preciso definir programas ou ações estratégicas, que busquem soluções dos problemas identificados, a partir de diagnósticos realizados. Cada programa constitui-se em uma das formas de expressão da política de saúde, cujo objetivo é produzir uma mudança na situação atual. O programa contém objetivos, metas, objetivos quantificados e indicadores que permitem acompanhar, controlar e avaliar a sua execução. Assim, definidas as prioridades dentro destes instrumentos de planejamento, serão identificados os recursos necessários para viabilizá-las e suas fontes de financiamento, que podem ter origem Municipal, Estadual e Federal, bem como atuaremos com vistas a cumprir o disposto na Lei Complementar 141/12.

Por fim, os desafios do financiamento do SUS municipal para o quadriênio 2022 - 2025 envolvem o alcance de maior eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, com estratégias que visam a disseminar o conhecimento sobre essa área do SUS para toda a Secretaria Municipal da Saúde (SEMUS) e setores externos e sua relação com o planejamento das ações em saúde. Para isso, há a necessidade de qualificar áreas, como o controle, avaliação, auditoria, elaboração de projetos, captação de recursos e sistema de informações relacionadas aos aplicativos do DATASUS de forma integrada às áreas técnicas e setores com necessidades comuns.



5.3 - Gestão do Trabalho e Educação Permanente

Discuti-se a relevância e a viabilidade e capacidade pedagógica por toda a rede do Sistema Único de Saúde, de forma que se cumpra uma das mais nobres metas formuladas pela saúde coletiva no Brasil: tornar a rede pública de saúde uma rede de ensino-aprendizagem no exercício do trabalho. O conceito de educação permanente em saúde serve para dimensionar esta tarefa, não no prolongamento do tempo/carreira, mas na ampla intimidade de saberes e de práticas em saúde. O exercício concreto desta meta se fez como política pública de maneira inédita no Brasil, apresentada pelo Departamento de Gestão da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, em 2003. A política pública criou um novo "dispositivo" no SUS: os Polos de Educação Permanente em Saúde. Criar um novo dispositivo não foi um ato formal, mas de construção, priorizar a educação dos profissionais de saúde como ação finalística.

Segundo a Política Nacional de Educação Permanente, **Educação Permanente em Saúde**, promove processos formativos estruturados a partir da problematização do seu processo de trabalho, cujo objetivo é a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, tomando como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e o controle social em saúde.

Na proposta da educação permanente, a capacitação das equipes, os conteúdos das ações formativas, as tecnologias e metodologia a serem utilizadas devem ser determinadas a partir da observação dos problemas que ocorrem no dia a dia do trabalho e que precisam ser solucionados para que os serviços prestados ganhem qualidade, e os usuários fiquem satisfeitos com a atenção prestada. As demandas por capacitação não se definem somente a partir de uma lista de necessidades individuais de atualização, nem das orientações dos níveis centrais, mas prioritariamente a partir dos problemas de organização do trabalho, considerando a necessidade de prestar atenção relevante e de qualidade, pois sem um serviço de qualidade não teremos um bom retorno de nossos clientes, que são a população.



A condução regional da EP se dá por meio do próprio município e deliberada na CIRs, apoiados pela CIES e ETSUS/SESAU. As CIRs assumem a condução regional da política de EP, operando como instância deliberativa, apoiando a elaboração dos Planos de Ação Regionais de Educação Permanente, pactuação e definição de projetos a serem implementados no campo da formação e qualificação da força de trabalho para a saúde.

A SEMUS, no que tange ao seu papel de responsabilidade enquanto espaço de formação para o SUS, identifica problemas como: ausência de integração ensino/serviço, conflitos de interesse entre o sistema de saúde, o sistema formador e necessidade social, ausência de legislação/normatização administrativa nos processos de qualificação, educação permanente e pesquisas dentro da secretaria.

Nesse sentido o município de Araguatins faz parte da CIR Bico do Papagaio tem sua representação na CIES e realiza proposta para EP de forma municipal e regional iniciou o processo de implantação do NEP municipal em 2011 e conta com profissional qualificado para coordenar e desenvolver as ações.

5.4 – Humanização

Observa-se a humanização como um "conceito-sintoma" que, em determinadas circunstâncias, poderia se transformar em um "conceito-experiência". À moda da Humanização seria apenas um movimento demagógico tendente a simplificar conflitos e problemas estruturais do SUS? Ou refletiria uma tendência real do sistema de saúde para desvalorizar o ser humano. Provavelmente as duas coisas vêm acontecendo. Sem dúvida, há um processo de burocratização e, em muitos casos, até mesmo de embrutecimento das relações interpessoais no SUS, quer sejam relação entre profissionais quer seja destes com os usuários. Há pesquisas que indicam modos de funcionamento dos serviços com baixo grau de envolvimento das equipes em sua tarefa primária que é produzir saúde. A essa constatação muitos têm aposto o diagnóstico genérico de serviços desumanizados. Daí, para



explicações simplistas há um caminho aberto: a receita seria a catequese ou a sensibilização dos trabalhadores de saúde para que adotassem posturas e comportamentos "cuidadores" — mais um neologismo inventado como saída mágica para um contexto complexo (CAMPOS, 2005).

Colocando em vista esses conceitos, podemos verificar se no município esta sendo implantadas algumas ações no sentido de humanizar o atendimento a população. Têm-se sido realizadas pelas equipes de saúde do município, estímulo e apoio à participação em eventos de Humanização; Estímulo à cogestão, através de espaços de troca, com identificação e qualificação das reuniões de equipe e dos Conselhos Locais de Saúde; Qualificação do trabalho e do trabalhador, através de valorização de ações ampliadas envolvendo as equipes de saúde, e espaços de análise reflexiva do trabalho em equipe; Espaços de Educação Permanente em Saúde sobre Humanização; Articulação e apoio a setores da SEMUS no intuito de fortalecer a transversalidade e a qualificação do trabalho, integrando em ações como os grupos de HIPERDIA, Necessidades Especiais, Mães, Adolescentes e Jovens Escolares, Secretaria de Educação e de Ação Social entre outras.

Para a gestão estratégica da humanização da saúde em Araguatins, destaca-se a necessidade de qualificar ações já mapeadas nos relatórios de gestão, de monitorar as ações de humanização também na gestão centralizada, de ampliar e qualificar o acolhimento em todas as portas de entrada (Unidades Básicas de Saúde e Secretaria Municipal). Foram capacitados todos os profissionais da Atenção Básica, Hospital Geral e CAPS para o Acolhimento com Classificação de Risco com apoio da ETSUS.

Apesar dos avanços no campo da saúde, ainda convive-se com problemas de diversas ordens, como a fragmentação, e a verticalização dos processos de trabalho que obstrui as relações entre os diferentes profissionais da saúde e entre estes e os usuários, o trabalho em equipe, bem como o despreparo para gerenciar as dimensões sociais e subjetivas presentes no cotidiano das práticas de atenção em saúde. Implantar a PNH, na Secretaria Municipal de Saúde, faz-se urgente.



O Acolhimento com Identificação de Necessidades, nas Unidades de Saúde, inserido como uma das bases da Política Nacional de Humanização pode ser caracterizada como um grande movimento de reorganização do processo de trabalho, visando garantir um atendimento de qualidade ao usuário, com melhoria no acesso e maior resolutividade dos problemas considerando a atenção básica a principal porta de entrada das pessoas na rede de serviços de saúde, e uma porta sempre aberta para todas as situações e queixas.

5.5 – Ouvidoria

O município não conta ainda com uma ouvidoria municipal. Esse acesso à comunicação se dá com a ouvidoria estadual ou a promotoria de justiça. Entendendo que a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) é o canal de comunicação por onde os usuários dos serviços públicos de saúde buscam informações, esclarecem dúvidas e encaminham reclamações, solicitações e sugestões para melhoria do atendimento. Sendo a aproximação com a população um dos principais objetivos da atual gestão está na programação anual a implantação da ouvidoria. Os munícipes também utilizam a ouvidoria estadual com questões municipais, que por sua vez repassam ao município.

Muito tem se discutido nas CIR e CIB no sentido de avançar com a implantação das ouvidorias municipais para a melhoria do acesso a comunicação. A procura pelos serviços públicos do SUS se constitui não só em uma necessidade mais também em um direito do cidadão. No município, a gestão pública é colocada fixamente em desafio, uma vez que as demandas são crescentes e ao mesmo tempo complicadas. Pensar em acolhimento é pensar também em garantir o acesso de maneira qualificada e humanizada que vá ao encontro de respostas desejáveis e satisfatórias ao usuário do sistema municipal de saúde, SUS municipal, ocorrendo em tempo cabível.

PMS 2022 2025 62.



5.6 - Participação e Controle Social

Os Conselhos de Saúde são órgãos colegiados, previstos na Legislação Federal, Estadual e Municipal, que cumprem a função de representação da sociedade no controle da política pública de Saúde. É instância deliberativa no âmbito do planejamento em saúde, bem como tem papel estratégico no controle e fiscalização da gestão e da prestação das ações e serviços de saúde. Nesse sentido, deve ter assegurada a estrutura e capacidade operacional adequada a realização dessas funções, bem como ter seu papel reconhecido e respeitado pela gestão do SUS nas três esferas de governo.

Sobre a estrutura de apoio técnico-administrativo para as instâncias de controle social, o município conta com uma sala estruturada para as reuniões com mesa e cadeiras, computador com impressora cedida pela instancia estadual e federal, televisor com antena para as videoconferências e recebe todo apoio logístico com material áudio visual quando solicitado. Conta ainda com servidora municipal na função de secretaria executiva do CMS estando disponível para registro de ata, arquivo e organização de toda documentação e recebimento de demandas. Tem sua representatividade respeitando a paridade e se estabelece de acordo com seu regimento interno bem elaborado de acordo com as leis que o regem. As reuniões acontecem mensalmente de forma ordinária e extraordinariamente. A participação social através dos conselhos locais, conselhos gestores e conselhos municipais são essenciais a consolidação do SUS no município.



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

6 - OBJETIVOS, DIRETRIZES E METAS 2022/2025.

O Plano de Saúde é definido, segundo o Sistema de Planejamento do SUS, como o instrumento que baseado em uma análise situacional, define intenções e resultados a serem buscados pelo município num período de quatro anos, expressos em objetivos, diretrizes e metas.

A análise situacional é o processo de identificação, formulação e priorização de problemas em uma determinada realidade que busca a identificação dos problemas e definição das prioridades. Esses problemas deverão ser baseados nos três eixos orientadores, que são: Condições de Saúde da População, Determinantes e Condicionantes de Saúde, Gestão em Saúde.

O referencial teórico adotado pelo Ministério da Saúde considera que os objetivos expressam o que se pretende fazer acontecer a fim de superar, reduzir, eliminar ou controlar os problemas identificados. Considera ainda que as diretrizes são formulações que indicam as linhas de ação a serem seguidas. São expressas de forma objetiva – sob a forma de uma enunciada síntese e visam delimitar a estratégia geral e as prioridades do Plano de Saúde. As metas são e quantificam o que, para quem e quando, precisam ter fórmula para cálculo de indicador definida e fonte de informação identificada (MS).

As ações que será o detalhamento (com prazos, responsáveis e recursos) de como serão atingidas as metas. Essas serão expressas na Programação Anual de Saúde (PAS), que será feita após a aprovação do Plano. Algumas ações que foram sugeridas durante o processo de elaboração do PMS já foram elencadas neste documento para que os propositores possam identificá-las.

Estão contidas a propostas apresentadas na Conferencia Municipal de Saúde de 2019 e ainda do Atual Plano de Governo para o quadriênio 2021 a 2024 da gestão atual.



6.1 - GESTÃO MUNICIPAL

DIRETRIZ MUNICIPAL: Fortalecer a Gestão da Saúde no município, com foco na governança municipal e no controle social, para aprimoramento das redes de atenção à saúde.

DIRETRIZES NACIONAIS RELACIONADAS (PNS): 1-14 – 18-25.

DIRETRIZ ESTADUAL RELACIONADA (PES): 6. Gestão do Sistema Único de Saúde.

OBJETIVO: Aprimorar a relação Inter federativa de forma tripartite, qualificando o financiamento do SUS a nível municipal, com a expansão e modernização da rede de atenção à saúde, com o fortalecimento do controle social participativo.

Nº	DESCRIÇÃO DA META.	INDICADOR DE	INDICADO	R (LINHA D	DE BASE)	META DO	UM		META PI	REVISTA	
		MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META.	VALOR	ANO	UM	PLANO 2022-2025		2022	2023	2024	2025
1	Manter o número de Planos de Saúde elaborados e enviados ao conselho de saúde a cada 4 anos.	Um PMS elaborado e apresentado ao CMS a cada 4 anos.	1	2018	Nō	1	Nº	0	0	0	1
2	Manter o número de Programação Anual de Saúde elaborada e enviada ao conselho de saúde.	Uma PAS elaborada e apresentada ao CMS a cada ano.	1	2021	Nō	4	Nº	1	1	1	1
3	Manter o número de Relatórios Anual de gestão elaborado e enviado ao conselho de saúde.	Um RAG elaborado e apresentado ao CMS a cada ano.	1	2020	Nō	4	Nº	1	1	1	1
4	Manter o número de Relatórios Quadrimestrais realizados, apresentados no CMS e alimentados no DIGISUS.	Um RDQA elaborado e apresentado ao CMS a cada quadrimestre.	1	2021	Nº	12	Nº	3	3	3	3
5	Número de conselhos cadastrados no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde – SIACS.	Número de Conselho cadastrado no SIACS.	1	2021	Nō	1	Nº	1	-	-	-

PMS 2022 2025 65



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

6	Manter o apoio ao Conselho Municipal de Saúde com estrutura física, custeio de materiais de consumo e pessoal administrativo.	Conselho Municipal de Saúde com estrutura física, materiais de consumo e pessoal garantidos.	100	2021	%	100	%	100	100	100	100
7	Garantir a realização da Conferencia Municipal de Saúde em parceria com o CMS, a cada 4 anos.	Realização da Conferencia Municipal de Saúde em parceria com o CMS, a cada 4 anos.	1	2019	Nō	1	Nō	-	-	1	-
8	Realizar Construção, reformas e manutenção no Centro de Atenção Psicossocial — CAPS e Residência Terapêutica.	Número Construções, reformas e manutenção do CAPS realizados.	1	2021	Nō	4	Nō	1	1	1	1
9	Realizar reformas e manutenções nas unidades básicas de saúde.	Número de UBS reformadas e adaptadas.	1	2021	Nº	5	Nō	1	1	2	1
10	Realizar uma ampliação, uma reforma e manutenção, anual, na unidade Hospitalar, atendendo as exigências da VISA.	Número de Unidade Hospitalar ampliada, reformada e adaptada.	1	2021	Nō	4	Nō	1	1	1	1
11	Realizar a Ampliação e Reforma do Prédio da Secretaria Municipal de Saúde.	Número de ampliações e reforma da SEMUS realizadas.	1	2019	Nº	4	Nº	1	1	1	1
12	Realizar obras de construção de 4 (quatro) UBS, de porte I e porte III.	Número de UBS construídas.	-	2021	Nº	4	Nº	1	1	1	1
13	Aquisição de Veículos para suporte da Atenção Básica, Vigilância em Saúde e para o Hospital.	Número de Veículos Adquiridos.	1	2020	Nō	8	Nō	2	2	2	2
14	Construção de um Polo de Academia da Saúde.	Número de Academias construídas.	-	2021	Nº	2	Nº	-	1	-	1



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

15	Implantação de Sistema Fotovaltaico (Energia Solar) em UBS.	Número de UBS com sistema Fotovaltaico (Energia Solar).	-	2021	Nº	4	Nō	1	1	1	1
16	Aquisição de Transporte Sanitário (Tipo Van) para o CAPS e para transporte eletivo de pacientes nas referências da rede de saúde.	Número de Transporte Sanitário (Tipo Van) para o CAPS e para transporte eletivo de pacientes nas referências da rede de saúde.	-	2021	Nº	2	Nº	-	1	1	-
17	Construção do Centro de Imaginologia do Hospital Municipal.	Número de Centros de Imaginologia do Hospital Municipal construído.	-	2021	Nº	1	Nº	-	1	-	-
18	Execução das Emendas Impositivas dos Vereadores para o Fundo Municipal de Saúde.	Número de Emendas Impositivas dos Vereadores para o Fundo Municipal de Saúde destinadas.	-	2021	Nō	4	Νō	1	1	1	1
19	Garantir a Aquisição de Equipamentos (permanentes) para estruturação das Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal, CAPS e Residência Terapêutica.	Equipamentos (permanentes) para estruturação das Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal, CAPS e Residência Terapêutica, garantidos.	100	2021	%	100	100	100	100	100	100



6.2 - ATENÇÃO BÁSICA

DIRETRIZ MUNICIPAL: Fortalecer a Farmácia Básica Municipal e a rede de atenção à saúde municipal com a garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de Atenção Básica e da atenção especializada.

DIRETRIZES NACIONAIS RELACIONADAS (PNS): 5 - 7 - 9 -10 -16.

DIRETRIZES ESTADUAIS RELACIONADAS (PES): 1 - 2 - 4 - 5.

OBJETIVO: Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, alcançando os indicadores de saúde, com a promoção do cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida, considerando as vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes de atenção à saúde.

Nº	DESCRIÇÃO DA META.	INDICADOR DE MONITORAMENTO E	INDIC	ADOR (LII BASE)	NHA DE	META DO PLANO	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA				
		AVALIAÇÃO DA META.	VALOR	ANO	UM	2022-2025		2022	2023	2024	2025	
01	Aumentar a Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do programa bolsa família.	Acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) alcançado.	51,76	2020	%	85	%	70	75	80	85	
02	Manter a Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica.	Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica, alcançada.	100	2021	%	100	%	100	100	100	100	
03	Aumentar a Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde bucal.	Cobertura populacional estimada pelas equipes de saúde bucal, alcançada.	96,47	2021	%	100	%	100	100	100	100	
04	Manter a Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	Proporção de gestantes com 6 (seis) consultas de pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	64	2021	%	80	%	80	80	80	80	
05	Aumentar a Proporção de	Proporção de gestantes com	73	2021	%	95	%	85	85	90	95	



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

06	gestantes com realização de exames para sífilis e HIV. Aumentar a Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado.	exames para sífilis e HIV realizados durante a gestação. Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado durante a gestação.	66	2021	%	95	%	85	85	90	95
07	Aumentar a Cobertura de coletas de exame citopatológico realizada na APS.	Cobertura de coletas de exame citopatológico, alcançado.	19	2021	%	60	%	35	40	50	60
08	Aumentar a Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por haemophilus influenza tipo b e Poliomielite inativada.	Cobertura vacinal de Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por haemophilus influenza tipo b e Poliomielite inativada. Alcançada.	23	2021	%	95	%	95	95	95	95
09	Aumentar a Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre.	Percentual de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre, alcançada.	24	2021	%	85	%	65	70	75	85
10	Aumentar a Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina Glicada solicitada no semestre.	Percentual de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina Glicada solicitada no semestre, alcançada.	45	2021	%	85	%	65	70	75	85
11	Aumentar o potencial de cadastros dos cidadãos feito pelas equipes de atenção básica, considerando a	Cidadãos cadastrados conforme a tipologia do IBGE e suas vulnerabilidades.	88,80	2021	%	100	%	100	100	100	100



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

	tipologia do IBGE e as vulnerabilidades.										
12	Aumentar a Razão de exames cito patológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão de exames cito patológicos do colo do útero na faixa etária alcançada.	0,01	2020	Razão	0,50	Razão	0,30	0,35	0,40	0,50
13	Aumentar a Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária.	Razão de exames de mamografia de rastreamento na faixa etária realizados.	0,00	2020	Razão	0,10	Razão	0,10	0,10	0,10	0,10
14	Aumentar a Proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar.	Proporção de parto normal no SUS e saúde suplementar alcançadas.	60,41	2020	%	70	%	61	62	65	70
15	Reduzir a Proporção de gravidez na adolescência de 10 a 19 anos.	Proporção de gravidez na adolescência reduzida.	21,50	2020	%	18	%	20	20	19	18
16	Manter as ações de Matriciamento realizadas por centros de atenção psicossocial – CAPS com equipes de atenção básica.	Ações de Matriciamento realizadas por centros de atenção psicossocial – CAPS.	25	2021	%	100	%	100	100	100	100
17	Reduzir a Taxa de mortalidade infantil.	Taxa de mortalidade infantil reduzida.	5	2019	Nº	2	Nō	4	3	3	2
18	Manter o número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	0	2020	Nō	0	Nō	0	0	0	0



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

19	Manter a Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil - MIF (10 a 49) investigados.	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil - MIF (10 a 49) investigados.	100	2020	%	100	Nº	100	100	100	100
20	Reduzir as' internações por causas sensíveis à Atenção Básica.	Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica — ICSAB. Número de internações por causas sensíveis à atenção básica no ano/total de internações do mesmo período x 100.	31,63	2020	%	20	%	30	25	23	20
21	Aumentar o número de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de prénatal.	Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.	66,41	2020	%	85	%	85	85	85	85



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

6.3 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DIRETRIZ MUNICIPAL: Fortalecer a Atenção Especializada no município.

DIRETRIZES NACIONAIS RELACIONADAS (PNS): 8-9.

DIRETRIZES ESTADUAIS RELACIONADAS (PES): 3. Fortalecimento da Rede de Atenção às Urgências no Estado do Tocantins.

OBJETIVO: Garantir de acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de especializada, com a Implementação da Rede de Atenção às Urgências, o Fortalecimento de mecanismos de programação e regulação nas redes de atenção à saúde do SUS.

Nº	DESCRIÇÃO DA META.	INDICADOR DE MONITORAMENTO E	INDICADOR (LINHA DE BASE)			META DO PLANO	UNIDADE DE		META PI	REVISTA	
		AVALIAÇÃO DA META.	VALOR	ANO	UM	2022-2025	MEDIDA	2022	2023	2024	2025
1	Manter e Fortalecer o Hospital Municipal anualmente.	Número de Hospital Municipal fortalecido anualmente.	1	2021	Nº	1	N°	1	1	1	1
2	Aumentar o número de consultas e procedimentos ambulatoriais de média complexidade selecionados para população residente.	Percentual de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente	50	2021	%	75	%	50	60	65	75
3	Realizar procedimentos cirúrgicos no Hospital Municipal.	Número de procedimentos cirúrgicos realizados.	-	-	N°	1.000	N°	-	250	250	500
4	Criar consorcio com os municípios vizinhos para realização de cirurgias eletivas no Hospital Municipal. (CONFERENCIA DE SAÚDE/2019)	Número de consórcios implantados.	0	2021	%	1	%	-	1	-	-
5	Implementar os programas estratégicos de Saúde Mental (Prevenção ao suicídio e qualificação da RAPS) no município.	Número de ações estratégicos de Saúde Mental implementadas.	1	2021	N°	4	N°	1	1	1	1
6	Manter o funcionamento do Centro de Enfrentamento da COVID-19 enquanto durar a pandemia.	Número de Centro de Enfrentamento da COVID-19 em funcionamento.	1	2021	N°	1	N°	1	-	-	-



6.4 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA

DIRETRIZ MUNICIPAL: Fortalecer a assistência farmacêutica na Atenção Básica

DIRETRIZ NACIONAL RELACIONADA (PNS): 16.

DIRETRIZ NACIONAL RELACIONADA (PNS): 4. Garantia da assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

OBJETIVO: Qualificar os serviços de Assistência Farmacêutica no município, Promovendo a estruturação e o acesso aos medicamentos padronizados no SUS pela RENAME, com a implementação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) e do envio do conjunto de dados por meio do serviço WebService como estratégia para o fortalecimento do sistema de gestão da Assistência Farmacêutica no SUS.

Nº	DESCRIÇÃO DA META.	INDICADOR DE MONITORAMENTO E	INDICADOR (LINHA DE BASE)		META DO PLANO	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA				
		AVALIAÇÃO DA META.	VALOR	ANO	UM	2022-2025		2022	2023	2024	2025
1	Manter o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) e enviar o conjunto de dados por meio do serviço WebService, na Farmácia Básica Municipal.	Percentual de estabelecimentos farmacêuticos com o Sistema Hórus implantado e enviando o conjunto de dados por meio do servico WebService.	100	2021	%	100	100	100	100	100	100
2	Manter a Farmácia Básica estruturada, no município.	Farmácia Básica estruturada, no município.	100	2021	%	100	100	100	100	100	100
3	Atender os usuários do SUS, com os medicamentos do componente da atenção primária conforme RENAME.	Usuários do SUS, atendidos com medicamentos do componente da atenção primária conforme RENAME.	95	2021	%	95	%	95	95	95	95
4	Implantar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais, o REMUNE. (CONFERENCIA)	REMUNE implantado.	1	-	Nº	1	Nō	-	1	-	-



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

6.5 - GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

DIRETRIZ MUNICIPAL: Fortalecer a gestão do Trabalho e Educação em Saúde.

DIRETRIZ NACIONAL RELACIONADA (PNS): 13 e 26.

DIRETRIZ ESTADUAL REALCIONADA (PES): Não Relaciona.

OBJETIVO: Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho, investindo na fixação de profissionais atendendo dentro da proposta da Política de Humanização.

Nº	DESCRIÇÃO DA META.	INDICADOR DE MONITORAMENTO E	INDICAD	OR (LINH BASE)	IA DE	META DO PLANO UNIDADE DE 2022-2025 MEDIDA	META PREVISTA				
		AVALIAÇÃO DA META.	VALOR	ANO	UM			2022	2023	2024	2025
1	Implementar ações de educação permanente para qualificação das redes de atenção.	Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas.	50	2021	%	100	%	100	100	100	100
2	Implantar ponto do Telessaúde Brasil Redes.	Número de pontos do Telessaúde Brasil Redes implantado.	-	2020	Nº	1	Nō	-	1	-	-
3	Garantir a folha de pagamento dos servidores da saúde de forma integral e em dia.	Folha de pagamento garantida.	100	2021	%	100	%	100	100	100	100
4	Ampliar o percentual de Unidades de Saúde (UBS) com implantação da Política de Humanização (PNH) com Planos de Humanização construídos e validados.	(UBS) com implantação da Política de Humanização (PNH)	50	2020	%	100	%	100	100	100	100
5	Fortalecer o Núcleo de Educação Permanente – NEP	NEP fortalecido.	1	2021	Nº	1	Nº	1	-	-	-



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

	municipal.										
6	Realizar ações de segurança e saúde do trabalhador e de qualidade de vida aos servidores das unidades		2	2021	Nº	16	Nō	4	4	4	4
7	Capacitar profissionais na área da saúde com recursos de Educação Permanente.	·	50	2021	%	100	%	100	100	100	100
8	Realizar trabalhos de experiência profissional e divulgar e apresentar em fóruns, colegiados e congressos.	Número de trabalhos desenvolvidos em inovação em saúde pelos Núcleos de Educação Permanente.	2	2020	Nō	4	Nō	1	1	1	1



6.6 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

DIRETRIZ MUNICIPAL: Fortalecer a Vigilância em Saúde com a redução e prevenção de riscos relacionados à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e prevenção.

DIRETRIZES NACIONAIS RELACIONADAS (PNS): 6 - 10 - 12 - 22 - 23.

DIRETRIZES ESTADUAIS RELACIONADAS (PES): 5. Fortalecimento da Política de Vigilância em Saúde no Estado do Tocantins.

OBJETIVO: Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável, e ainda, aprimorar as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Nº	DESCRIÇÃO DA META.	INDICADOR DE MONITORAMENTO E	INDICAD	OR (LINE BASE)	IA DE	META DO PLANO	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA				
		AVALIAÇÃO DA META.	VALOR	ANO	UM	2022-2025		2022	2023	2024	2025	
1	Reduzir o número de casos	Número de casos novos de sífilis	7	2020	Nº	1	N°	1	1	1	1	
	novos de sífilis congênita em	congênita em menores de um										
	menores de um ano de idade.	ano de idade reduzido.										
2	Reduzir o número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas) no município.	Número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	21	2020	N°	12	N°	18	16	14	12	
3	Aumentar a proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação para crianças menores de dois anos de idade — pentavalente (3º dose), pneumocócica 10 valente (2°	Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação para crianças menores de dois anos de idade – pentavalente (3º dose), pneumocócica 10 valente (2º dose), poliomielite (3º dose),	0,00	2020	%	75	%	75	75	75	75	



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

	dose), poliomielite (3º dose), tríplice viral (1º dose) com cobertura vacinal preconizada no município.	tríplice viral (1º dose) com cobertura vacinail preconizada.									
4	Aumentar a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	80	2020	%	85	%	85	85	85	85
5	Aumentar a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	33,33	2021	%	100	%	100	100	100	100
6	Manter zerado o número de casos autóctones de malária.	Número de casos autóctones de malária zerado.	0	2020	N	0	N°	0	0	0	0
7	Manter zerado o número de casos novos de AIDS em < de 5 anos.	Número de casos novos de aids em < de 5 anos zerado.	0	2020	N	0	N°	0	0	0	0
8	Aumentar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	74	2019	%	100	%	100	100	100	100
9	Aumentar o número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	6	2019	N	8	N°	8	8	8	8
10	Manter a proporção de	Proporção de preenchimento do	100	2021	%	100	%	100	100	100	100



preenchimento do campo de campo de "ocupação" "ocupação" nas notificações de notificações de agravos relacionados ao trabalho. agravos relacionados ao trabalho. 100 2021 % 100 % 100 100 100 100 11 Manter a Proporção Proporção de registros de óbitos registros de óbitos alimentados alimentados no sim em relação ao estimado, recebidos na base no SIM em relação ao estimado, recebidos na base federal em até 60 dias após o federal em até 60 dias após o final do mês de ocorrência. final do mês de ocorrência. 90 90 12 Manter a Proporção de Proporção de registros 90 2021 90 % 90 90 registros de nascidos vivos nascidos vivos alimentados no alimentados no SINASC em SINASC em relação ao estimado, relação ao estimado, recebidos recebidos na base federal até 60 na base federal até 60 dias após dias após o final do mês de o final do mês de ocorrência. ocorrência. 80 2021 % 100 100 100 100 100 Aumentar a Proporção de salas Proporção de salas de vacina com % alimentação mensal no sistema de vacina com alimentação mensal no sistema de informação do programa informação do nacional de imunizações (SI-PNI), programa nacional de imunizações (SIpor município. PNI), por município. Aumentar a Proporção de Proporção de 82 2021 % 100 % 100 100 100 100 contatos contatos examinados de casos examinados de casos novos de novos de hanseníase. hanseníase. 70 2021 100 100 100 100 100 15 Aumentar a Proporção de Proporção de % % contatos contatos examinados de casos examinados de casos novos de novos de tuberculose pulmonar tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial. confirmação laboratorial.

PMS 2022 2025 78



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

16	Manter o número de gestantes que realizam dois testes para Sífilis, durante a gestação.	Número de Testes de Sífilis por gestante.	2	2021	N°	2	N°	2	2	2	2
17	Aumentar o número de testes de HIV realizado, anualmente.	Número de testes de HIV realizado, anualmente.	100	2021	Nº	180	N°	150	160	170	180
18	Manter a proporção de notificações de violência interpessoal e autoprovocada com o campo raça/cor preenchido com informação válida	Proporção de notificações de violência interpessoal e autoprovocada com o campo raça/cor preenchido com informação válida	100	2021	%	100	%	100	100	100	100
19	Alcançar o número de ações do Plano de leishmanioses elaborado anualmente.	Número de ações do plano de leishmanioses executadas.	100	2021	%	100	%	100	100	100	100
20	Manter a proporção de cães e gatos vacinados na rotina de vacinação antirrábica canina.	Proporção de cães e gatos vacinados na rotina de vacinação antirrábica canina.	90	2021	%	90	%	90	90	90	90
21	Garantir o número de exame de colinesterase, referente a saúde do trabalhador para a endemias.	Número de exames referentes a saúde do trabalhador (endemias) realizados.	9	2021	N°	144	N°	36	36	36	36
22	Alcançar o número de ações do plano da dengue, Zika e Chikungunya executadas anualmente.	Número de ações do plano da dengue, Zika e Chikungunya executadas anualmente.	100	2021	%	100	%	100	100	100	100
23	Alcançar o número de ações do plano de Vigilância Sanitária executadas.	Número de ações do plano de Vigilância Sanitária executadas.	100	2021	%	100	%	100	100	100	100
24	Manter a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	100	2021	%	100	%	100	100	100	100
25	Manter o número de escolares	Número de escolares examinados	298	2019	%	298	%	298	298	298	298



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

	examinados para o tracoma nas escolas pactuadas no município.										
26	Garantir o percentual de sistemas de informação da vigilância em saúde alimentados mensalmente.	,	100	2021	%	100	%	100	100	100	100
27	Aumentar a proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase.	Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase.	100	2021	%	100	%	100	100	100	100



7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação das ações do Plano Municipal de Saúde serão realizados principalmente pelo Relatório Anual de Gestão e de acordo com o Plano Operativo descrito em cada ação serão realizadas avaliações através do acompanhamento dos sistemas de saúde na rede nacional de informação o RNIS. Lembramos que os indicadores de cada ação estão pontuados na Programação Anual de Saúde onde serão considerados seus resultados para avaliação e monitoramento.

Segundo o modelo de avaliação sugerido pela instancia estadual iremos descrever a metodologia utilizada explicitando sobre a periodicidade a ser realizado o monitoramento das atividades previstas dentro do plano, os instrumentos a serem utilizados, indicadores a serem avaliados, estratégias para compartilhamento da avaliação com áreas envolvidas e parâmetros utilizados para sinalizar o desempenho do mesmo.

Além de envolver estes aspectos, deverá envolver uma análise do processo geral de desenvolvimento do Plano, assinalando os avanços obtidos, os obstáculos que dificultaram o trabalho, bem como as iniciativas ou medidas que devem ser desencadeadas.

Sugere-se que o parâmetro utilizado para verificação de desempenho, leve-se em consideração o número total de metas propostas dentro do plano e o cumprimento de cada uma delas, assim sendo, é o número de metas totais propostas sob o número de metas atingidas X 100. Ao pontuar o número de metas atingidas pode-se qualificar do seguinte modo: Ruim – 0 a 39%; Regular – 40% a 69%; Bom – 70% a 85%; ÓTIMO – 86% e mais.

Será utilizado o Programa Previne Brasil, através do e-gestor AB para monitoramento dos indicadores. E ainda o sistema DIGISUS.



Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.406.326/0001-30

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria Municipal de Saúde juntamente com a prefeitura Municipal de Araguatins, vem desenvolvendo atividades de promoção da saúde em sua gestão da Atenção Básica, tais como melhoria das nossas Unidades de Saúde, recursos humanos capacitados e qualificados, recursos materiais, para assim podermos dar continuidade a um espaço de qualidade que atenda aos princípios do SUS.

Para o quadriênio 2022/2025, de acordo com as metas propostas neste documento daremos continuidade às aquisições de melhorias e lutas constantes no sentido de melhorar cada vez mais a saúde em nosso município contribuindo assim para a saúde geral.

Com o presente documento a Secretaria Municipal de Saúde de Araguatins dá continuidade a um processo de aperfeiçoamento da gestão de saúde pública de nosso município, garantindo sempre a melhoria continua do processo e resultados críticos contribuindo na qualidade de vida para todos os cidadãos.

O presente Plano foi lido e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme ata e resolução em anexo.

JULIANO RIBEIRO DE SOUZA

Secretário Municipal de Saúde

AQUILES PEREIRA DE SOUSA

Prefeito do Município de Araguatins – TO



Anexos



Anexo 1: Resolução do Conselho Municipal de Saúde



Anexo 2:

Segmento de Representação do Conselho Municipal de Saúde



Anexo 3:

Série Histórica de Indicadores de Pactuação Municipal – Indicadores Inter Federativos 2015 -2020.



Anexo 4:

Plano de Ações da Vigilância Sanitária Municipal – VISA



Anexo 5:

Plano de Ação Municipal da Dengue, Zika e ou Chikungunya.



Anexo 6:

Plano de Ação para Intensificação da Vigilância e Controle da Leishmaniose.



Anexo 7:

Plano Municipal de Doenças Crônicas.



Anexo 8:

PPA 2022 a 2025



Anexo 9:

Plano de Governo 2021/2024.

